



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 48

PORTO VELHO-RO, SEXTA-FEIRA, 18 DE MARÇO DE 2016

ANO V

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	1028
SEC. DE PLAN. E MOD. DA GESTÃO	1029
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	1030

TAQUIGRAFIA

ATA DA 6ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA

Em 10 de março de 2016.

(Às 09 horas 34 minutos é aberta a Sessão.)

Presidência do sr.
RIBAMAR ARAÚJO - Deputado

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo a Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Ribamar Araújo, realiza Audiência Pública com o objetivo de debater sobre o patrimônio material e imaterial do Estado de Rondônia.

Convidamos para compor a Mesa o Excelentíssimo Senhor Deputado Ribamar Araújo, proponente desta Audiência Pública; Excelentíssimo Senhor Dr. Dimis da Costa Braga, Juiz Federal da 1ª Vara Federal e Diretor do Forum; Dra. Giselle Dias de Oliveira Bleggi, Procuradora da República - Ministério Público Federal; Dra. Luiziane Teles Feitosa, Defensora Pública, representando a Defensoria Pública do Estado de Rondônia; Professor Rogério Romano, Conselheiro Suplente da Região Norte do Conselho Nacional de Política Cultural, Setorial de Patrimônio Material, representando o Conselho; Professora

Yêdda Borzacov, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia, membro da Academia de Letras de Rondônia; Professor Delson Fernando, Chefe do Departamento de Ciência Jurídica da UNIR e a Professora Mestre Marcelle Pereira, Museóloga da UNIR.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública, com o objetivo de debater sobre o patrimônio material e imaterial do Estado de Rondônia.
Passo a palavra ao Mestre de Cerimônias.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Convidamos a todos para ouvirmos o Hino Nacional. Música de Francisco Manoel da Silva e letra de Joaquim Osório Duque Estrada.

(Execução do Hino Nacional)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Muito obrigado. Podem sentar-se.

Senhor Presidente e proponente desta Audiência Pública, Deputado Ribamar Araújo, registramos ainda a presença da senhora Aline Mayra, Arqueóloga da SEJUCEL; senhor Welvis Ribeiro, Diretor Cultural da Prefeitura de Buritis; Chicão Santos, Coordenador Estadual de Cultura da SEJUCEL; Aleks Allen Palitot, Professor e Historiador; grupo de trabalho pelo patrimônio histórico; Jornalista Silvio Santos, do Diário da Amazônia, assina a coluna Zekatraca; senhores e senhoras acadêmicos do curso de Arqueologia da UNIR; senhores Professores da UNIR; senhores e senhoras acadêmicos do curso de História da UNIR; Professor Cícero Prestes, Departamento de História da UNIR; demais pessoas que participam desta Audiência Pública, obrigado por suas presenças. Lilian Meire, Conselheira do Conselho Estadual de Políticas Culturais da SEJUCEL; Silvio Santos, falamos agora há pouco, e aqui descrito como agitador cultural do Estado de Rondônia.

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2ª Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4ª Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Bom dia a todos. Cumprimentar aqui o Excelentíssimo Senhor Dr. Dimis da Costa Braga, Excelentíssimo Senhor Dr. Dimis da Costa Braga, Juiz Federal da 1ª Vara Federal e Diretor do Forum; cumprimentar a Dra. Giselle Dias de Oliveira Bleggi, Procuradora da República do Ministério Público Federal; cumprimentar a Dra. Luiziane Teles Feitosa, Defensora Pública, representando a Defensoria Pública do Estado de Rondônia; cumprimentar o Professor Rogério Romano, Conselheiro Suplente da Região Norte do Conselho Nacional de Política Cultural, Setorial de Patrimônio Material, representando o Conselho; cumprimentar a Professora Yêdda Borzacov, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia, membro da Academia de Letras de Rondônia; cumprimentar o professor Delson Fernando, Chefe do departamento de Ciências Jurídica da UNIR; cumprimentar a Professora Mestre Marcelle Pereira, Museóloga da UNIR; cumprimentar aqui a imprensa; cumprimentar os funcionários da Casa; cumprimentar aqui a todos os presentes; agradecer a presença de todos e agradecer aqui a minha equipe coordenada pela Doutora Josélia, e as demais pessoas que participaram da organização desse evento.

Passamos a palavra neste momento à Doutora Giselle Dias de Oliveira, Procuradora da República do Ministério Público Federal.

A SRA. GISELLE DIAS DE OLIVEIRA BLEGGI - Bem, gostaria de cumprimentar a todos os membros da Mesa. Parabenizar pela iniciativa de termos uma Audiência Pública para discutir um ponto tão importante para o Estado de Rondônia que é a questão do patrimônio cultural, que aqui se situa no Estado. E o Ministério Público Federal, eu sou representante desse órgão, ele vem fazendo investigações e tem proposto ações na Justiça para tentar conseguir a preservação e a conservação do patrimônio histórico e cultural que está localizado no Estado de Rondônia.

Resumidamente, eu não vou me alongar muito, mas eu sei que tem muitos professores que vão tratar dessa parte, mas pelo menos dá um panorama das investigações, o Ministério Público abriu e instaurou ações na Justiça para tentar a preservação e a proteção do patrimônio histórico que está localizado no Estado. Uma das primeiras ações que o Ministério Público entrou litisconsorte com o Ministério Público do Estado de Rondônia foi para a preservação e a retirada do barranco daquela retroescavadeira que foi utilizada no período da construção da Estrada de Ferro, ela possui um valor histórico, se eu não me engano, ela data de 1908, e conseguimos juntar várias documentações que comprovam o valor, o reconhecimento dela como patrimônio cultural. E nós estamos requerendo na Justiça que ela seja retirada e seja restaurada e colocada no local adequado para visitação pública. Nessa ação, nós conseguimos um provimento liminar. Só que até o momento eu não sei até que ponto os condenados requeridos, os condenados não, mas, em questão provisória, cumpriram a sua parte. Acredito que está, teve algum prazo que foi concedido e que tem que ser revisto pela Justiça. Porque eu, a questão dessa retro- escavadeira que está no barranco pode a qualquer momento vir se perder pela questão do próprio deslocamento de terra que tem na localidade.

Outra ação que o Ministério Público Federal também entrou em litisconsorte com o Ministério Público do Estado é para a preservação e restauração e revitalização do Hospital e do Cemitério da Candelária. Esse Hospital e esse Cemitério, como todos sabem, foi utilizado no período de construção da Estrada de Ferro e se eu não me engano é uma condicionante das usinas do complexo do Madeira a revitalização do Hospital e do Cemitério. Infelizmente, nós não conseguimos provimento liminar nessa ação, mas a ação está tramitando na Justiça, por isso que a gente pede sensibilidade dos órgãos e das autoridades que estão tratando dessa questão, para que elas cumpram rigorosamente a Lei e apliquem a situação no caso concreto para que a gente não perca, não se perca e não se deixe revitalizar esse patrimônio, esse patrimônio cultural que pertence ao nosso Estado e também que ele foi reconhecido nacionalmente que também pertence ao país.

Temos outra ação que ela está requerendo a revitalização do percurso da linha férrea do pátio da Estrada de Ferro, ou seja, a reativação do trem que vai desde o pátio até a igreja de Santo Antônio. E a última ação, que é essa que está sendo noticiada há pouco tempo, eu acho que nós tivemos provimento liminar faz uns 15 dias, que é da própria manutenção e conservação do pátio da Estrada de Ferro. Nós pedimos a iluminação, segurança, cercamento, enfim, uma série de medidas, desocupação de algumas áreas pelo comércio, enfim, para que a gente possa não só reconhecer o seu valor histórico e cultural, mas efetivamente preservar e conservar que estava se verificando o estado de abandono.

Enfim, o que a gente espera é que com uma proporção dessas ações nós consigamos que seja conservado e preservado o patrimônio e que, enfim, cada um possa fazer a sua parte, tanto os entes públicos como a própria sociedade em prol da conservação do nosso patrimônio.

Seria isso, senhor Presidente.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) - Muito obrigado, Dra. Giselle Dias. Agora eu passo a palavra ao Professor Rogério Romano, Conselheiro Suplente da Região Norte do Conselho Nacional de Política Cultural Setorial de Patrimônio Material, representante do Conselho.

O SR. ROGÉRIO ROMANO - Queria cumprimentar todos da Mesa por meio do Deputado Ribamar. Não sei quantos minutos eu tenho, vou direto à palavra para não consumir o tempo dos demais.

Nós estivemos presentes, em novembro do ano passado, em Brasília, numa reunião com o Conselho Nacional de Política Cultural e durante a reunião conseguimos evocar o nosso nome e da colega Ana Cunha, do Acre, para sermos representantes do Conselho de Política Nacional Cultural do Setor de Patrimônio Material, ela como titular e eu como suplente.

Eu gostaria de trazer brevemente uma história e posteriormente, após esta audiência, conversar com o Dr. Aleks Palitot sobre o assunto, que trata sobre a estrada de ferro São Paulo - Rio Grande, ela iniciou-se em 1902, ela saía da cidade de Itararé, interior de São Paulo, e ia até a cidade de Santa Maria e, posteriormente, não foi concluída, seria para chegar até a cidade de Porto Alegre. Quando a construção dessa estrada de ferro chegou à divisa com o Paraná e Santa Catarina,

o empreendedor se confrontou com um problema com a comunidade cabocla que vivia na região, vivia da coleta da erva mate, dos pinheiros de araucárias e das imbuías e começou-se ali um conflito de interesses, porque além da concessão da construção da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande, ele também conseguiu, através de sua influência política com o Estado Novo a concessão para exploração da madeira ao longo da linha férrea e o início da destruição do Estado do Paraná e Santa Catarina começou, então, com essa grande empresa chamada Lumber Company, ela foi considerada a maior madeireira da América Latina no início do século passado e os historiadores, inclusive José Back que é um grande produtor cinematográfico, fez a matéria a respeito, eles estimam que esse empreendedor, essa empresa tenha destruído aproximadamente 50 milhões de pinheiros de araucárias e mais ou menos o mesmo tanto de árvores de imbuia.

Quando eles começaram esse conflito, senhores, com os caboclos, iniciou-se uma guerra civil porque havia uma pessoa que era considerada um monge, o Sr. José Maria, ele era considerado também o líder dos caboclos e eles ofereceram uma certa resistência àquilo porque eles estavam sendo desapossados de suas terras originárias e iniciou-se, então, o que a história chama de a guerra do Contestado, ali havia já uma discussão sobre a divisa do Paraná e Santa Catarina e a primeira batalha, a batalha de Irajá, bem antagônica à história natural, os primeiros, os líderes do conflito dos dois lados, que eles seriam chamados de *peludos*, a força armada nacional, e os *pelados*, que seriam os caboclos, morreram, de um lado o Major Gualberto, na primeira batalha, e do outro lado o José Maria que era um líder.

Era uma luta extremamente desigual, senhores, bem ao estilo do Colonialismo, de um lado armas de fogo, arcabuz, rifles e metralhadoras, do outro lado espadas de pau, elas estão inclusive guardadas, muitas delas, nos Museus de História de Santa Catarina e Paraná. A pergunta que não quer calar: será que é mera coincidência com a colonização indígena? Só que isso aconteceu há 100 anos e não há 500 anos, como no caso da Colonização. Pela primeira vez na história do Brasil e a gente vê o uso de aviões, os aviões que Santos Dumont fabricava em Paris, os chamados *Demoiselles*, que foram os primeiros ultraleves da história, foram usados para fazer reconhecimento dos caboclos de forma inclusive desigual. Qual foi o motivo da guerra? Pasmem, senhores, o empreendedor era o Percival Farquhar, da mesma forma que ele tinha o empreendimento da estrada de ferro aqui, em 1902, ele também tinha esse empreendimento lá, ele era proprietário do maior hotel da região no Guarujá, Estado de São Paulo, considerado um Copacabana Palace, tinha um hotel particular no fundo do hotel com animais exóticos da nossa fauna, ele conseguiu uma concessão, senhores, para poder explorar minério em Minas Gerais e no Espírito Santo e as suas grandes mineradoras na gestão do Getúlio Vargas, ele descontinuou essas concessões, cancelou a licença para a estrada de ferro São Paulo - Rio Grande para as mineradoras no que viria a se tornar o que nós chamamos de a Vale do Rio Doce.

Por que a gente está colocando esse fundo histórico? Porque da mesma forma como o Estado do Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul encararam aquele truste empresarial chamado Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande

Company como uma atividade predatória e altamente exploratória com mão de obra escrava, como foi a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, a gente percebe de maneira sutil e, no entanto, latente que a história se replica, nós não podemos acusar, por exemplo, os poderes, nós temos que acusar a sociedade como um todo, nós estamos, apesar do Ministério Público estar agindo ativa e insistentemente, a gente percebe que como um todo a população se curvou e na última Audiência Pública que teve aqui na Assembleia essa semana, para tratar sobre, por exemplo, a legalização das propriedades dos Bairros São Sebastião I e II, Nacional e Costa e Silva, tinha 32 pessoas aqui presentes. Isso é o cúmulo do absurdo a sociedade não se mobilizar e não se envolver em prol do seu próprio interesse e agora eu contei tem aproximadamente 40 e poucas pessoas para tratar de um patrimônio que é mundial.

Eu gostaria de, apenas para concluir, dizer que a Setorial de Patrimônio Material, o Conselho Nacional, ele criou um GT de trabalho para tratar sobre as questões de arqueologia em licenciamentos e em empreendimentos. Há uma mobilização no Congresso Nacional tentando tirar da Legislação Ambiental aquele caráter de LP, LI, LO para grandes empreendimentos no que tange à questão do levantamento arqueológico dos empreendimentos e nós estivemos no Palácio do Planalto durante a Conferência, eles pediram para parar uma tarde, nós fomos lá, porque somos terminantemente contra isso, o licenciamento ele tem que seguir seu rito normal e o levantamento arqueológico na área em que estão sendo implantados os empreendimentos tem que ser feito sim dentro do período que preconiza a legislação ambiental e as resoluções do CONAMA LP, LI, LO, para que os arqueólogos possam ter a oportunidade de trazer à tona a nossa história por meio do patrimônio histórico, porque cada peça, gente, que é trazida à tona, ela conversa com a gente, aquele patrimônio arqueológico que é levantado, ele tem um diálogo com a gente, o arqueólogo conversa com ele, pode se servir da datação de rádio carbono para poder saber se as civilizações pré-colombianas passaram por aqui, quando passaram, como passaram, o que fizeram, porque fizeram, etc... e tal. Nós precisamos saber isso.

Então, eu queria declarar também que nós do Conselho estamos muito contentes porque recebemos agora recentemente, coisas de dois meses a notícia de que o Museu Rondon de Vilhena, e eu vou pedir para o Professor Aleks Palitot me corrigir se eu tiver errado, ele foi considerado então o patrimônio, tido como patrimônio histórico nacional, não mundial ainda, porque falta preencher alguns requisitos.

Apenas gostaria de fazer um destaque, professor, que o Museu Rondon de Vilhena, ele não é o 1º Museu do Marechal Rondon, eu tive a oportunidade de trabalhar nesse Museu por dois anos como diretor, lá nos idos dos anos 80, ocasião em que a Fundação Roberto Marinho queria encampar, inclusive, todo o acervo patrimonial do Estado, o então Governador em 1987 não quis. Talvez tivesse sido melhor se a Fundação tivesse assumido.

O 1º Museu do Marechal Rondon está na Aldeia do Utiariti, estive lá agora, estive conversando com lideranças indígenas, eles abriram espaço para que a Secretaria de Estado de Cultura, estou encaminhando um Ofício para os nossos colegas dizendo que eles estão dispostos a ajudar, a fazer

todo o levantamento na Secretaria de Patrimônio do Estado do Mato Grosso.

E eu gostaria, finalizando, elogiar o Professor Manuel Português, que apesar de não ser meu patrício, o Professor não é naturalizado ainda, não é, Professor? É impressionante, gente, e eu não estou falando isso de maneira pejorativa, por favor, não encare dessa forma, a gente é amigo e ele vai entender isso, como que uma pessoa estrangeira luta com tanto afinco para defender o nosso patrimônio, às vezes eu não vejo colegas, pessoal meu, que lutam lado a lado fazer isso com moções, com petições e etc. e tal. E eu sugeriria ao Deputado Ribamar Sua Excelência, oportunamente viabilizasse a possibilidade de fazer uma Moção de Apoio em elogio ao Professor, porque a luta do Professor é uma coisa que ela transcende a imaginação normal, a maneira como ele atua, como ele age, o respeito, o decoro, mas a militância ativa dele é de fazer inveja à militância da Revolução Francesa. Obrigado a todos.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Muito obrigado ao Professor Rogério Romano. E pode ter certeza, Professor, que nós vamos acatar a sua sugestão.

Passo a palavra neste momento à Professora Yêdda Borzacov, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia e Membro da Academia de Letras de Rondônia.

A SRA. YÊDDA BORZACOV – Exm^o. Sr. Deputado Ribamar Araújo, proponente desta Audiência Pública; Exm^o. Sr. Dr. Dimis Costa Braga, Juiz Federal, que tem demonstrado um carinho e um amor pelo nosso Patrimônio Histórico Material; Dra. Giselle Dias de Oliveira Bleggi, Procuradora da República do Ministério Público Federal, em nome de quem cumprimento os demais componentes da Mesa.

Sr. João Correia, Membro da Academia de Letras de Rondônia; Professor Marco Antônio Teixeira, um dos meus orgulhos de Professora, Membro da Academia de Letras de Rondônia e do Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia; Professores Lourismar e Aleks Palitot, Sr. Manuel Português, a quem eu dou um abraço especial e grato pela sua militância em nome do nosso Patrimônio Histórico Material.

Sociedade alguma logrará, alcançar seu pleno desenvolvimento se não empenhar-se em criar, paralelamente ao seu crescimento econômico e mercantil, sua própria identidade cultural, que a distinga das demais comunidades, conferindo-lhes um caráter particularizante.

A cultura de um povo é um processo amplo em que não se pode separar o fazer do homem do meio ambiente onde esta atividade se desenvolve; em que não pode privilegiar o produto em detrimento das condições históricas, socioeconômicas, étnicas e do espaço ecológico em que esse produto se encontra inserido.

Em Rondônia, a urbanização acelerada e descontrolada tem gerado significativas distorções, tanto na distribuição espacial, como na função dos núcleos urbanos, destruindo muitas vezes valores ambientais gerados ao longo de décadas de vida social, como ocorreu com os postos da Comissão Rondon, em Ariquemes e Pimenta Bueno e outros lugares, inclusive destruindo-se também o cemitério onde se encontravam os restos mortais dos homens da Comissão

Rondon, em Pimenta Bueno. Outro exemplo foi a destruição do Marco da Divisa Mato Grosso/Amazonas, nas proximidades da Cachoeira de Santo Antônio, construído em 1911, e destruída pela força das águas do Madeira há cerca de sete anos. A mídia tupiniquim anunciou que o marco havia sido reconstruído, e, colocado perto da Capela de Santo Antônio. Reconstruído como? Foi todo destruído. Fizeram um novo, que não tem nenhum valor para a História. E a estátua que se encontrava na rotatória das avenidas Lauro Sodré e Migrantes, colocada em frente da estátua do Governador Teixeira na Avenida Jorge Teixeira? Ora, a Avenida Jorge Teixeira é longa, por que não colocá-la em outro local? Ou entregar a estátua do Coronel Teixeira para o Memorial Jorge Teixeira. Nós sabemos tratá-la muito bem.

E o nosso boto vermelho, apelidado de boto cor-de-rosa? Jacques Cousteau deu esse nome e nós aceitamos, por que vamos aceitar um nome imposto que o nosso caboclo, chama de vermelho. E a Praça Marechal Rondon denominada Praça do Baú? A falta de respeito e discernimento a cultura é uma constante, lamentavelmente, em nossa Rondônia.

A política cultural regional rondoniense deverá considerar essencialmente a pluralidade das formas culturais, entretanto não conhecemos a nossa realidade cultural em termos de uma investigação sistemática. As características da ocupação histórica do espaço ocupado por Rondônia revelam que grupos populacionais aqui afluíram motivados por diferentes impulsos de ciclos econômicos. O processo migratório de ocupação histórica, iniciado pelo elemento indígena, oscilou em torno dos mais diversos determinantes econômicos, sobretudo o Ciclo da Borracha e a construção da época das Ferrovias, a Madeira-Mamoré; o ciclo da mineração e o ciclo da agropecuária. Os grupos populacionais que caracterizam esses ciclos variam muito, o que configura um imenso mosaico cultural na região, uma vez que esses grupos trouxeram consigo valores básicos, permutando informações com os grupos nativos e passaram por processos aculturativos. Além do mais, sofreram influência dos diferentes meios ecológicos onde se estabeleceram, organizando novas formas de subsistência e assimilando outras.

Assim podemos dividir Rondônia em duas macrorregiões culturais básicas:

1. Macrorregião do Madeira/Guaporé e Mamoré;
2. Macrorregião do Eixo da BR-364.

A primeira se caracteriza pela influência indígena e em seguida, pela influência nordestina, que tão bem caracteriza uma das principais subculturas: a do Seringueiro. Nas margens dos grandes rios e de seus tributários vivem culturas de pescadores artesanais.

A segunda região, BR-364, se caracteriza pela pluralidade de culturas, com migrantes oriundos de várias regiões, sobretudo do centro-sul do país.

Assim sendo, há em Rondônia vários complexos culturais: do seringueiro, do pescador artesanal, do garimpeiro, do indígena, dos migrantes do Caribe e do neocolonizador. Como a cultura é definida como a somatória da tecnologia, organização social e ideológica, torna-se imprescindível conhecer e respeitar os diversos subsistemas que compõem a pluralidade regional rondoniense. Isso significa que há necessidade do levantamento do perfil sociocultural de

Rondônia, que trará, assim, riquezas incomensuráveis em termos de conhecimento da divulgação e da preservação das constantes regionais. Das diversas características étnicas das atividades lúdicas, folclóricas, artísticas, artesanais, das formas de comunicação oral, das prototecnologias diversas, bem como das diversas formas de conceber o mundo abstrato. O Patrimônio Histórico Material que deveria ser o carro chefe de toda a instituição cultural, oficial que se preze deverá ser cadastrado e restaurado. A realização do projeto perfil sociocultural de Rondônia, dará informações de alta relevância, que não se restringirão a esfera cultural, mas a um universo maior, dentro do qual citamos a educacional, a turística e social. O Fundamental da ação do Governo na área da cultura é garantir os meios para que toda a sociedade se desenvolva culturalmente, expressando os seus valores em liberdade, de forma criativa preservando e resgatando o seu passado e a sua história.

A permanente na ação do Governo é, juntamente com a sociedade, preservar os valores da natureza, preservar e resgatar os valores acumulados no passado, nas cidades, nos marcos históricos, nas obras de artes e nos documentos, e documentar e conservar a produção artística contemporânea. É dever do Estado, nos termos constitucionais, o amparo à cultura, mediante a realização de uma política estadual que vise a assegurar apoio e estímulos às atividades de criação, aprimoramento e difusão das artes, letras e ciências.

Nesse sentido, cumpre ao Governo e aos municípios através de seus órgãos culturais a elaboração de um plano, a fim de orientar a ação do Estado, seja no trabalho específico dos órgãos públicos, de qualquer forma relacionados com a cultura, seja em caráter de cooperação com instituições culturais reconhecidamente idôneas.

Rondônia precisa urgente de uma campanha de esclarecimento, a exemplo do que foi feito em outros Estados, sobre a importância da preservação do nosso patrimônio histórico. O abandono da épica EFMM atesta a falta de respeito com a nossa memória, com a nossa identidade cultural. A única litorina restante do acervo encontra-se destruída no pátio do Prédio do Relógio. Pergunto: e as peças do Museu Ferroviário, onde estão? Eram cerca de duas mil peças. Eu tenho relacionadas essas peças, porque eu tive o privilégio de ser a técnica responsável pela montagem do Museu. O Real Forte Príncipe da Beira, graças ao Exército Brasileiro, suas ruínas estão conservadas, entretanto uma das muralhas está prestes a desabar. As tampas das três Caixas d'água, símbolo do município de Porto Velho, estão corroídas. E o acervo do Museu Estadual de Rondônia, suas peças arqueológicas, como é que estão? E onde estão? Parece-me que levaram essas peças já totalmente sucateadas para o Palácio Presidente Vargas, onde será instalado o Museu do Homem Rondoniense. Mas essas peças, não estão com a identificação do Museu Estadual de Rondônia, que foi doado pelo médico, etnólogo e meu pai Ary Tupinambá Pena Pinheiro, em 1965 para compor o primeiro Museu do então Território Federal, levado como se fossem novos. E eu vou exigir que coloquem o nome do Museu Estadual de Rondônia, essas peças são de Pedras Negras, tem peças antropomorfas de um índio que faleceu e enterraram junto com uma urna funerária. Este descaso com o patrimônio histórico comprova que em nosso Estado muito se escreve,

muito se discute, mas muito pouco se faz. Portanto, essa Audiência Pública referente ao assunto, por solicitação do Senhor Manoel Português, e atendida com carinho pelo Deputado Ribamar Araújo, é louvável. Os órgãos detectores do poder de decisão deverão repensar o que é cultura e o que é entretenimento; confundem muito cultura com entretenimento, todos nós gostamos de entretenimento, mas não, não vamos confundir com cultura.

Na última década, a vida intelectual de Rondônia, atravessa uma revolução silenciosa. Cada vez se torna menos importante aquele homem de letras ou historiador que protesta, que se manifesta com firmeza sobre a posição histórico-cultural da nossa gente. Quem assume cada dia mais importância é o tecnocrata que impera na área ou nas áreas, tal como aquele que invadiu o Prédio do Relógio restaurado com recursos do Ministério da Cultura para abrigar a biblioteca Dr. José Pontes Pinto, o Centro de Documentação Histórico do Museu Estadual de Rondônia ocupado com duas Secretarias, ou aquele que destruiu o acervo literário da Academia de Letras de Rondônia, ou aquele que pretende ocupar o prédio do Memorial Jorge Teixeira, ignorando que o prédio, pela Lei nº 93, de 13 de dezembro de 2000, doando o prédio à Sociedade Jorge Teixeira, Lei da Assembleia Legislativa, homologada pelo Governador José Bianco.

O Deputado Ribamar Araújo, entendendo a importância do patrimônio histórico propiciou este encontro para a reflexão e o debate. Ocasão oportuna para relembrar as funções dos órgãos culturais oficiais e o compromisso que todos nós devemos assumir para evitar o aniquilamento cultural de nossa terra e repudiar todos aqueles que invadiram nossa casa e tentam roubar nossa identidade. Nós, caboclos guerreiros, não esqueçamos que somos o caule, os ramos, as flores, os frutos, a raiz da História ferroviária. Eis a nossa diferença cultural.

Não compreendo porque em Rondônia a educação e a cultura são linhas paralelas, jamais se encontram, quando sabemos que educação sem cultura é corpo sem alma. Há necessidade de se promover um projeto de interação entre essas duas áreas.

Esta reunião, senhor Deputado Ribamar, lança a mobilização da consciência cultural rondoniense na defesa dos valores e das fontes da nossa identidade. Muito obrigada. Aproveito para oferecer ao Deputado José Ribamar um livro que foi lançado em 2007, *Porto Velho, 100 Anos de História*, que trata do patrimônio histórico material de Porto Velho.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Neste momento, passando o livro de sua autoria ao Deputado Ribamar Araújo, Professora Yêdda Borzacov.

Queremos registrar a presença da Dra. Patrícia Carneiro, Professora de Direito do campus da UNIR em Guajará-Mirim. Muito obrigado por sua participação neste debate, nesta Audiência Pública, proposta pelo Deputado Ribamar Araújo.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Muito obrigada, Dra. Yêdda. Passo a palavra agora ao Professor Marco Domingues Teixeira, do Departamento de História da UNIR.

O SR. MARCO DOMINGUES TEIXEIRA – Excelentíssimo Deputado Ribamar Araújo; Professor Delson Xavier, a quem eu cumprimento a Mesa; público presente.

Eu gostaria de falar, em primeiro lugar, da minha perplexidade em mais uma vez a gente estar debatendo um assunto que recorrentemente nós debatemos e não temos resultado nenhum. Parece que nós “chovemos no molhado”, numa casa sem telhado, onde a água cai permanentemente e nós nos encontramos expostos à chuva. Nada acontece, não é? Esta Audiência Pública que trata da questão da perda do nosso acervo, nos leva a situações recorrentes. O que aconteceu com a parte mais visível desse patrimônio histórico, desse patrimônio cultural? Quando a gente fala da Madeira-Mamoré, a gente vê que as coisas têm piorado ano a ano. Não há melhora nenhuma. O acervo se perde. Quando a gente fala de situações que possivelmente poderiam ser uma grande melhora, a gente vê que a obra se torna incompleta, inaugurada precipitadamente. Cito especificamente, hoje, o caso do Memorial Rondon. Teve que ser interrompido, porque a ponte não foi resolvida. Inaugura-se uma obra e a ponte não é resolvida, não se dá o trabalho de remover a placa que fala ‘*Centro de Cultura Indígena*’ e hoje lá é o Memorial Rondon. Coloca-se, como disse a Professora Yêdda, o Marco Rondon numa outra linha geodésica, com uma construção diferenciada e chama-se aquilo de restauração. O poder público tem coragem de colocar uma placa ‘*restaurado*’ e nós nos calamos.

Então, o povo tem, às vezes, não o que merece, mas o que essas suas autoridades lhe impõem. Eu não colocaria a culpa no povo de Rondônia. Eu coloco a culpa dessa situação toda no descaso público com que é tratado o nosso patrimônio. Tombamentos que não ocorrem ou, quando ocorrem, não são cuidados. Exemplo maior é o que está acontecendo no Cemitério da Candelária, invadido, desmatado, com as lápides desaparecidas. Os recursos acontecem? Acontecem. A Dra. Giselle citou tudo que está acontecendo, mas e a efetivação das medidas? Parece que nós precisamos, me desculpem a palavra, de uma Lava Jato no nosso patrimônio, para que a coisa possa acontecer com alguma eficiência.

Gostaria de lembrar que a discussão do momento é se vamos voltar a ter ou não ter o funcionamento do trem no trecho histórico entre o pátio e a Hidrelétrica de Santo Antônio. Eu lembro que isso é uma condicionante para o funcionamento da Hidrelétrica e que se agora alega-se que, por questão da Defesa Civil, não há segurança no terreno, isso só mostra a imperfeição dos estudos prévios, como a coisa foi feita de forma cosmética. E mais uma vez vamos mudar um serviço por outro que na realidade não aparece, revitalização do Centro Histórico é o quê? Tirar as placas da frente dos edifícios, criar campos em áreas alagadas. E o patrimônio vai para onde? Essa ausência total de cuidado com o patrimônio interessa a alguém, com toda certeza. A gente lembra que a história não nos ensina a corrigir no futuro os erros do passado, mas a história, através do passado, nos dá a identidade como um povo. E o que estão nos tirando é a nossa identidade como povo rondoniense. Onde estão os estudos feitos pelas duas hidrelétricas acerca de patrimônio arqueológico e de patrimônio histórico? Por que não foram publicados? Por que não são de acesso fácil? Tem que ser requerido, e esse requerimento é difícil, é tratado como segredo de Estado. Por que é que nós não temos uma Lei de incentivo cultural permanente, que possibilite a grupos folclóricos, a grupos teatrais, a grupos de cinegrafistas trabalharem com recursos previstos, ao invés de estarem com

cuia mendigando auxílio de alguma forma? Por que o nosso calendário de eventos é sistematicamente deslocado da época em que deveria acontecer. Tivemos desfile de Escola de Samba na Quaresma. Temos festa junina em outubro, novembro. Nada é respeitado, isso não é acaso, isso mostra em primeiro lugar que nós não temos pessoal qualificado, nós não temos equipes bem formadas na área de cultura e patrimônio, nós não temos qualificação para os poucos profissionais que existem. A situação dos nossos prédios, mesmo aqueles que se dizem restaurados, é em imperfeita, inconclusa. O Exército trabalhou muito na restauração do *Memorial Jorge Teixeira*, mas eu pergunto, Professora Yêdda: conseguiram climatizar o ambiente? Alguém se preocupou com isso? Deslocou-se uma quantidade mínima de servidores? Temos Museólogos? Temos uma equipe técnica preparada? O que aconteceu com a Câmara Municipal recentemente entregue à população e fechada? Quer dizer, nós estamos jogando recursos fora e nós estamos fingindo que as coisas não acontecem. Eu hoje estou falando dolorosamente, eu me sinto às vezes chateado de ter vindo falar sempre a mesma coisa, ouvir sempre as mesmas promessas e saber que não acontece nada. Sei que o meu tempo aqui é muito curto. Gostaria de poder falar muito mais, e teria muito mais a perguntar. Onde estão os nossos Sartis que aconteciam e se acabaram. Os festivais de teatro que estão sob ameaça de acabar? O nosso Projeto Cinco e Meia? As nossas Escolas de Samba? Os nossos Arraiais? Mesmo a antiga cultura religiosa, o que está acontecendo com a Jerusalém da Amazônia? Quer dizer, nós somos um Estado que perde, perde, perde recorrentemente. O que aconteceu com os sítios importantes para a pesquisa arqueológica, Teotônio, Santo Antônio e outros? Onde está a devolução com prática em sustentabilidade desse acervo todo, desse patrimônio inteiro? Somos uma cidade amazônica que perdeu o contato com o rio, viramos as nossas costas, tente chegar à beira do rio Madeira dentro desta cidade, em que situação você chega?

Então, a minha fala é uma fala de denúncia. Eu parabenizo a iniciativa da Assembleia Legislativa, mas eu acho que nós precisamos passar dessa fase para a efetivação de medidas. Fazer com que a coisa realmente aconteça e que em uma próxima Audiência nós possamos mostrar resultados ao invés de apenas queixas. Obrigado.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Obrigado ao Professor Doutor Marco Domingues Teixeira, do Departamento de História da UNIR.

E agora passamos a palavra ao Professor Aleks Palitot, professor historiador do Grupo de Trabalho pelo Patrimônio Histórico do Estado de Rondônia.

O SR. ALEKS PALITOT – Excelentíssimo senhor Deputado Ribamar Araújo, proponente desta Audiência Pública, pelo qual saúdo todas as autoridades aqui presentes, se me permite assim através da professora Yêdda, que entre os colegas mais próximos a chamamos a Dama da História de Rondônia, cumprimento todas as mulheres, os colegas pesquisadores aqui presentes; e também um grande abraço ao estimado Professor Marco Teixeira, que foi o nosso Professor na Universidade Federal de Rondônia.

Bom, inicialmente eu gostaria de fazer muito rapidamente uma leitura de um texto de um grande pesquisador, já que a gente quando fala de patrimônio material e imaterial a gente fala também da pesquisa que é importante, principalmente para os arqueólogos, os historiadores, geógrafos, que necessitam desses ambientes para tentar aí cada vez mais elucidar através dessa ciência esses elementos tão importantes da formação da identidade de Rondônia e da Amazônia.

Eu leio aqui um texto de Lévi-Strauss, *Tristes Trópicos. Amansando sertões*. Quem vive ao longo da linha Rondon facilmente se julgaria na lua. Imagine-se um território do tamanho da França, três quartos inexplorados, percorridos somente por pequenos bandos indígenas nômades (...) e atravessado de ponta a ponta por uma linha telegráfica. A pista sumariamente aberta que acompanha a picada fornece o único ponto de referência do percurso de 700 quilômetros. Porque excetuam alguns reconhecimentos realizados pela Comissão Rondon ao Norte e ao Sul. O desconhecido começa nos dois lados da picada, admitindo-se que o seu próprio traçado não seja indefinível no mato (...). As paisagens completamente virgens, apresentam uma monotonia que priva de sua selvageria de valor significativo, elas se recusam ao homem, desaparecem diante do seu olhar em lugar de desafiá-lo (...). Neste mato indefinidamente recommençado, a trincheira da picada, as silhuetas contorcidas dos postes, os arcos invertidos do fio que os une parecem outros tantos objetos incongruentes flutuando na solidão, como se vê nos quadros de Yves Tanguy. Atestando a passagem do homem e a inutilidade de seus esforços, marcam, mais claramente do que se não estivessem lá, o extremo limite que ele tentou ultrapassar. O caráter transitório do empreendimento, o malogro que o sancionou, dão um valor probante aos desertos circunvizinhos".

Este talvez seja um dos grandes pesquisadores antropólogos que por aqui andou em Rondônia, mas quantos outros grandes pesquisadores estiveram aqui? Além de termos aqui a presença, por exemplo, de Mário de Andrade que escreveu o livro *Turista Aprendiz*, quando ele passeou pela Estrada de Ferro Madeira-Mamoré no ano de 1927 e reescreveu o personagem Macunaíma. Quantos grandes personagens, tanto aqueles que se tornaram protagonistas ou aqueles que foram personagens importantes para a vida na Amazônia, para os seus ciclos econômicos, para os seus monumentos, seus legados também por aqui passaram e quantos ainda estão. Por isso entendemos que o passado é a dimensão viva do presente. Se nós somos a dimensão viva do futuro, que futuro temos? Porque nem sabemos que presente podemos ter.

O próprio Professor Marco Teixeira, Professora Yêdda Borzacov, repetiram aqui falas nossas do dia a dia nas salas de aula, no ambiente da pesquisa, falamos isso diariamente para os nossos alunos tanto na academia como no Ensino Médio, Ensino Fundamental. Hoje mesmo eu deveria estar em sala de aula, assim como o Professor Lourismar, é o nosso ofício estar em sala de aula tentando transmitir para os nossos alunos um pouco desse amor, dessa referência, e a gente sempre fala, não é, Lourismar, grande colega historiador, se você quer liberdade, defender a sua liberdade, sua autonomia, defenda sua identidade, é o que menos observamos em Rondônia, infelizmente.

Por isso, através de uma solicitação e um pedido do Chefe da Casa Civil, Emerson Castro, ele convidou alguns historiadores

para a constituição de um grupo de trabalho pelo patrimônio histórico de Rondônia e nós conseguimos reunir pesquisadores, colegas, já tivemos três reuniões, e conseguimos reunir quatro gerações de historiadores, pesquisadores e escritores de Rondônia. Temos a presença da primeira geração de pesquisadores e historiadores; Professora Yêdda Borzacov faz parte desse grupo, o Professor Abnael, Euro Tourinho, um grande jornalista, também temos o Antônio Cândido, autor do Brasão de Porto Velho e da Bandeira de Porto Velho, também um grande escritor, Paulo Saldanha, de Guajará-Mirim, também um grande escritor, membro da Academia de Letras de Rondônia, assim como Antônio Cândido. Temos aí a segunda geração de pesquisadores e historiadores, o Professor Marco Teixeira, o Professor Mário Sávio, temos a presença também do museólogo Antônio Ocampo que faz parte também desse grupo. Temos, além de minha pessoa, o Professor Lourismar, o Professor Daniel Araújo da terceira geração de historiadores, além também dos colegas Ellen Regina, Tiago Manso, Rita Clara e outros colaboradores que fazem parte desse grupo que tem a tentativa de conversar, dialogar, estabelecer ideias positivas e inteligentes para alcançarmos êxito na preservação do patrimônio histórico do Estado de Rondônia. E a nossa principal preocupação diante de tantas que são aqui enumeradas pelos colegas e pelos membros da audiência, estão baseadas justamente em três eixos: a Festa do Divino Espírito Santo, como patrimônio imaterial, a necessidade dela ser tombada como patrimônio imaterial do Brasil para posteriormente ser apresentada à UNESCO também; o Real Forte Príncipe da Beira, que talvez seja a nossa grande preocupação em virtude de um dos baluartes estar cedendo e é o maior monumento português fora de Portugal, é a maior obra portuguesa, é o maior forte das Américas, está no meio da Amazônia, no meio de Rondônia, no coração da América do Sul, no brasão do Estado de Rondônia, o brasão de Rondônia não é apenas para estar na xícara da Assembleia Legislativa onde nós tomamos o nosso café, ele tem muita história a contar, ele traz na sua heráldica elementos históricos que representam a passagem aqui daqueles que nós chamamos de destemidos pioneiros que está no Hino do Estado de Rondônia; o patrimônio histórico de Rondônia pede socorro há muito tempo, a gente tem uma testemunha ocular que é a Professora Yêdda Borzacov, que já vivenciou tantas tentativas de se revitalizar e restaurar esse patrimônio, assim como a Professora Yêdda Borzacov como grande pesquisadora que é, grande escritora que é, professora que foi e gestora que foi, transmitiu este amor para aqueles que estavam ao seu redor, desta forma incentivou e inspirou o Professor Marco Teixeira para ser um professor e um pesquisador na área de história, da mesma maneira em que o Professor Marco inspirou a mim e ao Professor Lourismar, quando nós fomos alunos dele, e da mesma maneira que tanto eu e o Lourismar tentamos inspirar essas pessoas, mas não para que elas sejam historiadoras, mas para que elas amem Rondônia. Mas como amar Rondônia? Como gostar da sua identidade se você tem vergonha dela? Quando você vai, como alguns colegas vivenciaram o ano passado, dar uma aula na Estrada de Ferro Madeira Mamoré, Professora Yêdda, e ser assaltado com seus alunos à luz do dia num sábado pela manhã.

Será se nem o exercício da profissão de ensinar, de fazer amar a história do nosso Estado será possível porque a

violência nos impede também? Já não basta a violência simbólica que é o desmantelamento proporcional, proposital, pensativo do nosso patrimônio histórico desses valores identitários que traz a nós justamente esse orgulho que se perde a cada dia. É assim, foi assim no passado, os conquistadores destruíam os monumentos, escravizar, matar o conquistado não tira dele sua autonomia, sua alma e sua liberdade e muito menos o seu espírito, para quebrantar o seu espírito, se destruiu os monumentos, as obras de artes, as edificações que representam não apenas um tijolo, uma poeira, um grão ou uma festa cultural. Representa a liberdade, que a liberdade preserve sua identidade, porque povo sem história não é povo, é bando, nós não somos bando, somos destemidos pioneiros. Muito obrigado.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Muito obrigado ao Professor Aleks Palitot.

Antes dos dois palestrantes, o Professor Lourismar e a Professora Silvana, se manifestarem eu queria passar a palavra aos três últimos inscritos. Pela ordem, começar aqui com a Professora, Dra. Patrícia Carneiro, Professora do Curso de Direito do Campus de Guajará-Mirim, Professora Patrícia Carneiro.

A SRA. PATRÍCIA CARNEIRO – Olá! Bom dia a todos. Para mim é uma honra estar aqui com as autoridades da matéria e desde já eu saúdo a Mesa, a iniciativa do Deputado Ribamar Araújo; saúdo também o membro do Ministério Público Federal; saúdo também o Professor Romano, a Professora Yêdda, a Professora Marcelle, da UNIR, Professor Delson, o Dr. Dimis, da Justiça Federal e os demais membros; e saúdo também aqui o nosso colega Marco Teixeira, o Sr. Manuel Português que também é um lutador pelas questões do Estado de Rondônia; Professor Aleks Palitot e demais membros aqui que eu sei também que há representantes das questões ecológicas, as comunidades indígenas.

Eu venho aqui como Professora do Campus de Guajará-Mirim da Universidade Federal de Rondônia me manifestar em reforço às afirmações do Professor Marco Teixeira. Eu também penso que nós já estivemos a debater por demasiado tempo as questões relacionadas ao patrimônio material, por demais estivemos já falando da necessidade de resgate deste patrimônio do Estado de Rondônia, eu também sou parceira do Marco Teixeira quando ele pergunta: “a quem interessa tudo isso que está implícito na fala do Professor?”

Por que será que o Estado de Rondônia não tem políticas específicas para o resgate do nosso patrimônio e também estranho que neste Plenário não estejam representados aqui todos os grupos, o Plenário está vazio, quer dizer, temos que chamar a sociedade para este debate. Estamos aqui a Universidade, a Justiça Federal, a Academia Rondoniense de Letras, mas esta sala deveria estar repleta. Então, eu acho que esse debate tem que ser ampliado, sim, e partirmos para a ação, como disse o Professor Marco Teixeira, temos que efetivar ações porque trata-se aqui da identidade do Estado de Rondônia. Pode ser uma identidade fragmentada, mas é o nosso Estado, é a nossa história e neste contexto de ser a nossa história eu peço aos membros da Comissão que trata desta matéria do Patrimônio Material que olhe por Guajará-Mirim,

porque Guajará-Mirim recentemente sofreu uma perda, a perda, uma queda, um derrubamento de um prédio histórico que faz parte do conjunto arquitetônico da cidade.

Então, nós estamos falando aqui da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, mas Guajará-Mirim que está vinculada a história de Porto Velho, faz parte da nossa história, está abandonada. Está abandonada, se você faz um passeio por nossas ruas ali, você verifica que o conjunto arquitetônico está precisando de apoio. Então eu peço aqui ao Deputado Ribamar que continue como um incentivador, como uma pessoa lutadora por essas questões. E desde já eu me coloco, a partir do Campus de Guajará-Mirim, como pessoa para nós realizarmos um debate, porque sociedade guajaramirense quer debater estes temas, quer ações efetivas, nós temos que partir para as ações, porque aqui nesta Mesa há pessoas que constroem, eu sei disso, a professora Marcelle que está na Pró-Reitoria de Extensão, não é? Nós podemos pensar ações para realizar o debate na Universidade, chamar a comunidade guajaramirense e a partir dali efetivarmos ações.

Conforme disse, eu estou muito feliz por estar aqui, agradeço esta oportunidade e peço a vocês que estão à frente que, por favor, nos ajudem a resgatar a história do Estado de Rondônia no tocante ao patrimônio material. Muito obrigada.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Muito obrigado à Professora doutora Patrícia Carneiro.

Eu gostaria de passar agora a palavra ao Dr. Dimis para ele fazer as suas considerações. E o Dr. Dimis, por questão de agenda, ele vai ter que se ausentar, já peço de antemão desculpas a todos. Muito obrigado.

O SR. DIMIS DA COSTA BRAGA – Senhoras e Senhores, bom dia a todos, obrigado. Cumprimento ao Deputado Ribamar Araújo, em cuja pessoa cumprimento todas as demais autoridades e personalidades presentes à Mesa, e também aos que estão diante de nós e a comunidade; cumprimento também as mulheres pela sua semana internacional, no Dia Internacional das Mulheres, estamos todos sempre homenageando. Eu vendo o atrasado do início dos trabalhos, naturalmente em razão da espera do comparecimento de todos os convidados e não quis sequer usar a palavra para não atrapalhar e nem dificultar aqui aqueles que tenham palestras a fazer, possam fazê-lo. A Lei Orgânica da Magistratura Nacional proíbe ao Magistrado ele comentar processos sob seu julgamento ou mesmo decisões de outros magistrados através de manifestações depreciativas. Tudo isso só pode causar demérito ao Poder Judiciário, de forma que a lei está cobertíssima de razão só por efeito prático da vida social. Observamos que ela não se aplica a alguns membros do Supremo Tribunal Federal, as decisões de Sérgio Moro comentadas por alguns Ministros que o digam, não? Mas existem algumas ações que estão sob minha responsabilidade e as quais me é adequado não apresentar qualquer tipo de manifestação prévia ou mesmo posterior. Só me cabe esclarecer que o Judiciário ele precisa ter muito cuidado com relação a essas questões, primeiro que nós temos às vezes ônus que são impostos a entidades públicas e que não dispõe do orçamento previsto para aquelas responsabilidades. Outra questão é que o Judiciário no mais das vezes ele não deve

procurar fazer o papel da administração pública. O Judiciário não pode efetivamente fazer isso. O Judiciário cumpre a lei e determina, providencia as determinações necessárias à observância dos administradores públicos do seu mister. Só que isso, como eu disse, corre o risco, porque a decisão judicial quando não cumprida acaba em demérito para o próprio Poder Judiciário, e nós temos vários problemas nesse campo em Rondônia. Eu não sei qual é o motivo real, se é a total incompetência das esferas de poder do Município, do Estado e da União, respectivas, não sei se a causa é essa, não posso esclarecer qual o motivo pelo qual esses órgãos públicos não cumprem o seu papel.

Então, realmente eu preciso me ausentar e não quero cansá-los, mas queria agradecer o convite para comparecer a esta Audiência Pública, lamentando por outros compromissos, inclusive um deles eu cancelei para vir para cá ao início desta Sessão. E agora tenho que retornar para lá, mas considero de extrema importância esse debate, concordo com a professora no sentido de que é preciso criar meios para que ele possa se expandir, evitando que permaneçamos só os mesmos que sempre participam, como disse também o professor Marco Antônio, que estamos novamente aqui conversando as mesmas coisas, repetindo os mesmos assuntos e sem nenhuma efetividade. É fundamental que a efetividade dessas medidas propugnadas por todos que me antecederam, elas se tornem uma realidade e que não fiquemos só em conversas e mais conversas e o patrimônio cada vez mais se perdendo no tempo e no abandono, professora Yêdda, como a senhora sempre denuncia e como professor Manoel Português também sempre está a denunciar e está a questionar aos poderes públicos pela ausência de uma efetividade na proteção do patrimônio material e imaterial de Rondônia.

Então, com isso, eu peço desculpas pela minha ausência agora, e agradeceria ao Presidente desta Sessão, Deputado Ribamar Araújo, se me encaminhasse ao final a degravação desses debates aqui que muito me serão úteis por certo, principalmente os palestrantes de hoje, para os meus estudos e efetividade do trabalho jurisdicional quanto à questão do patrimônio de Rondônia. Muito obrigado.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Muito obrigado, Dr. Dimis, é importante a presença do senhor aqui, deu um brilhantismo maior ao nosso evento, muito obrigado. Eu passo a palavra agora neste momento à senhora Aline Mayara, arqueóloga da SEJUCEL.

A SRA. ALINE MAYARA – Bom dia. Cumprimento a Mesa, queria aqui cumprimentar também aos professores do Departamento de Arqueologia da UNIR, que foram meus professores, Professora Marcelle, Juliana, Silvana e Professor Eduardo. Quando eu fui acadêmica do Curso de Arqueologia, nós sempre encontramos muitos problemas para, inclusive, resgatar o patrimônio arqueológico do Estado, porque nós temos, a Arqueologia ela é um trabalho muito caro, querendo ou não, demanda muito mais técnica, demanda investimentos e a gente sempre foi carente disso para realizar os trabalhos aqui, mas a Universidade sempre esteve envolvida nessas questões de resgate arqueológico em parceria com as Universidades de São Paulo e outros órgãos. Nós tivemos uma

fala aqui sobre o Museu Estadual de Rondônia. Atualmente, eu sou arqueóloga da SEJUCEL, estou trabalhando no Museu Estadual, e desde quando era acadêmica também a Universidade sempre esteve apoiando o Estado para um melhor acolhimento desses materiais arqueológicos no Museu, nós tivemos aulas, inclusive com a Professora Marcelle, lá para fazer curadoria, para fazer o acondicionamento desse material, porque nós entendemos que ele também faz parte desse processo de construção histórica do Estado de Rondônia. E agora, nós estamos no Palácio Getúlio Vargas, que agora é Palácio da Memória Rondoniense.

Então, nós fomos agora recentemente, conseguimos mudar todo o acervo do Prédio do Relógio que realmente estava em condições muito mal condicionadas lá, e agora nós estamos num melhor acolhimento, claro que toda mudança tem um processo demorado, estamos reestruturando o Palácio, estamos em processo de restauração do Palácio, para também não negligenciarmos esse patrimônio, não adianta só acolher e colocar lá do jeito que é colocado. Fizemos, inclusive, uma exposição ano passado com os materiais que foram citados, com as peças arqueológicas doadas pelo Ary, também doada pelo arqueólogo Eurico Muller, que foi o primeiro arqueólogo a iniciar pesquisas arqueológicas aqui em Rondônia, muito importante também nesse processo de construção. Nós temos interesse em dar continuidade no estudo dessas peças, mas aí quando essa gestão assumiu a frente do Museu, nós encontramos alguns problemas que nós temos, não temos mais acesso ao catálogo; o catálogo dessas peças que foram doadas não está mais sob o nosso domínio, algumas peças arqueológicas que a gente conhece só por fotos, também a gente não tem mais, uma estatueta muito conhecida, que é o Chefe Barriga d' Água, que é muito importante também para o Estado de Rondônia. E a SEJUCEL tem sido parceira, continua nessa parceria junto com a Universidade, nós temos agora duas parcerias para escavação de sítios arqueológicos no Baixo Madeira, inclusive aqui também no Teotônio, nós temos projetos para a educação patrimonial dessas comunidades mais afastadas que não têm conhecimento, que às vezes não têm acesso a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, mas têm outro patrimônio a ser acalentado, a ser acolhido e a ser divulgado por aí. Então, a SEJUCEL, tem tido essa preocupação de divulgar o patrimônio arqueológico também, porque nós entendemos que o patrimônio arqueológico faz parte de toda essa construção, junto com a estrada de ferro, é claro, mas nós também precisamos dar voz às comunidades carentes que têm precisado ser ouvidas no seu patrimônio, comunidades pretéritas que aqui habitaram antes de todos nós. Nós estamos negligenciando a história de todos esses povos e a SEJUCEL, junto com o Departamento de Arqueologia, tem trabalhado para poder também ser justa com esses povos, que o patrimônio de Rondônia não é só uma coisa ou acalenta só um povo, nós estamos aqui para representar todas as pessoas que estão presentes neste Estado ou que estiveram aqui conosco. Obrigada.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Muito obrigado Aline Mayra, Arqueóloga da SEJUCEL.

Passamos a palavra agora ao senhor Sílvio Santos, agitador cultural do Estado de Rondônia.

O SR. SÍLVIO SANTOS – Excelentíssimo Senhor Deputado Ribamar Araújo; meu amigo Manoel Português, em nome do qual felicito todos os presentes desta Mesa de autoridades da plenária.

Nós estamos, como disse o Professor Marco Teixeira, cansados de vir aqui, em outros eventos, falar em prol da Madeira-Mamoré. E a cada evento que a gente vai, como disse o Professor Marco Teixeira muito bem, a estrada está cada vez mais deteriorada, mais abandonada. A jovem que saiu daqui, Arqueóloga da SEJUCEL, ao lado da Professora Yêdda, denominou o Palácio Presidente Vargas de *Palácio Getúlio Vargas*. Então, não é estranho que a Praça seja *do Baú*, não é? O Palácio é *Presidente Vargas*, e tem mais um detalhe: não existe *Palácio da Memória*. Aquilo ali tem que ficar *Palácio Presidente Vargas* para o resto da vida. Nós temos a mania, os governos têm a mania de trabalhar pelo seu partido. Quem chega ao poder coloca os nomes que interessam a eles, abandonando o nosso patrimônio imaterial.

Eu não vim aqui falar de Estrada de Ferro, que é o patrimônio... Isso é especialidade de Marco Teixeira, Professor Palitot, Antônio Ocampo e, principalmente, do Português, que ficam nessa luta constante. E eu parabeno agora o Deputado Ribamar por acatar a sugestão de fazer essa homenagem a você, Mário, que a gente acompanha a sua luta. Mas eu quero falar por outros patrimônios imateriais e materiais. O Professor Marco Teixeira, expert nesse assunto, eu sou de São Carlos do Madeira, nasci e tenho orgulho de ser beiradeiro, e foi o primeiro núcleo dessa área que hoje é Porto Velho. Isso aí ninguém lembra. O mais fácil aqui em Rondônia é se mudar, é se tirar do que construir, reconstruir, recuperar. É mais fácil tirar o povo de São Carlos para a Nova São Carlos do que se trabalhar a contenção do Madeira para que aquela histórica comunidade permaneça no local, de onde ela nasceu, de onde nasceram seus filhos. Vamos fazer Nova São Carlos, e acha que está fazendo tudo. Tiraram o povo do Triângulo. Como é que a gente quer preservar a Madeira-Mamoré se nós estamos tirando o povo do Triângulo, em vez de trabalharmos a contenção do Madeira? São patrimônios que devem ser preservados, do nosso povo, é a nossa história. Como é que a gente quer chegar com o trem até Santo Antônio sem passar pelas casas do Triângulo? Ali é que está a história. Ali que vieram os barbadianos, moraram ali, que a gente chama de barbadiano, os antilhanos, barbadianos. Ninguém fala nisso. É muito mais bacana dizer: “tira dali, vamos mudar, vamos fazer um conjunto habitacional para eles”. Ninguém nunca pensou em recuperar, dar condições para eles ficarem e permanecer a sua história como a nossa história ali. Eu quero ver, quando desbarrancar mais um pouquinho aqui na frente da Madeira-Mamoré e alcançar os galpões, como já tentaram fazer, levaram lá para o pátio do Prédio do Relógio o material que estava no galpão. Será que já voltou para lá? O nosso patrimônio está sendo dilapidado dia após dia e a gente fica nessa luta e ninguém ouve. Ninguém ouve. A gente vem aqui, fala, fala, o Português está cansado, já está ficando pirado de tanto brigar por esse negócio. A Madeira-Mamoré lá, como disse o Professor, com os seus alunos, foi assaltado em plena luz do dia, isso acontece a toda hora. E tem mais, o Ministério Público tem que tirar aqueles ambulantes que ali era só no final de semana, agora eles estão morando lá na Praça da Madeira-Mamoré, no

complexo, na calçada. Aí vão dizer assim: “Não, mas aquilo faz parte da Prefeitura”. A Prefeitura não vai fazer nada por isso porque é questão política, tem medo de perder voto se tirar o ambulante de lá. Aquilo é uma vergonha! O cara vai lá em cima e não pode fazer a foto do que resta da Madeira-Mamoré, porque tem um bocado de tenda lá de venda de cachorro-quente, de churrasquinho. Cuidar do Patrimônio eu acho que é respeitar um pouco o patrimônio, respeitar o povo da sua terra. Temos tantos patrimônios a serem reconhecidos, os imateriais, a Festa do Divino Espírito Santo, lá no Vale do Guaporé, ninguém fala nela. Está aí o processo para se tomba. E os nossos patrimônios imateriais aí, eu vou para o meu lado puxar a brasa para a minha sardinha, a nossa Banda do Vai Quem Quer, que já deveria ter sido tombada como patrimônio imaterial. São essas coisas que a gente fica, muitas vezes, cobrando e decepcionados. Esperamos que essa comissão formada pelo Emerson Castro, Professor, que só tem catedráticos, só tem gente que realmente ama a nossa terra e gente especializada no assunto, que vem. É daí que sai, que deve sair o nosso sonho de ver o nosso patrimônio recuperado.

Muito obrigado.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) - Obrigado ao senhor Sílvio Santos.

E agora nós passamos ao primeiro palestrante, o Professor Lourismar Barroso, escritor e pesquisador do Grupo de Trabalho e Pesquisa de História de Rondônia.

O SR. LOURISMAR BARROSO – Senhoras e senhores, bom dia. Cumprimento a Mesa na pessoa do Doutor Ribamar; aos colegas, Professor Marco Teixeira, Sílvio Santos. Eu faço parte do Grupo de Pesquisas do GPIA, que é o Grupo de Estudos e Pesquisa Indígena Afro-Amazônico, assim como faço parte também do Grupo de Pesquisa do trabalho que foi realizado agora do Professor Aleks Palitot. E eu estou pesquisando o Forte Príncipe da Beira há 13 anos, eu completo este ano, uma vida inteira, todos os anos nós estamos a fazer novos levantamentos, e ano passado surgiu a ideia de publicar aquilo que foi a primeira obra do início ao fim sobre o processo construtivo do Real Forte Príncipe da Beira. É uma obra de minha autoria e que daqui a dois anos nós teremos mais uma edição que estará sendo lançada. Eu trouxe um material para vocês, para observar um pouquinho sobre o que é patrimônio e o como é que está hoje o Real Forte Príncipe da Beira.

Então, já diz a pesquisadora Sílvia Teles que preservar o passado só tem sentido se nele estamos a ver o futuro, e é o que todos estavam dizendo aqui. Mesma coisa, batendo na mesma tecla, muita ladainha e prática que é boa, não surgiu nada. Na medida em que penetravam o interior os lusos portugueses levantavam o Forte que assinalava a sua soberania. Segundo Artur Reis, grande escritor amazonense. Os portugueses que aqui chegaram, ainda no século XIX, perdão, no século XVIII, em 1719, pelo Pascoal Moreira Cabral, quando descobriram o rio Coxipó-Mirim, e ali grandes jazidas de ouro, eles começaram então o processo de proteção à fronteira. O Barreto, ele fala que o Brasil tem um total de 341 fortalezas, fortins, redutos, baterias, entre outras habitações. Parte desse acervo, meus senhores, que são históricos, abrigam a unidade do Exército, e há aqueles que são administrados por

órgãos públicos ou por instituições privadas. Talvez se a Madeira-Mamoré fosse projetada para que uma empresa privada pudesse assumir, aquilo ali renderia mais reconhecimento. Assim como o Real Forte Príncipe da Beira e a Festa do Divino Espírito Santo. O Real Forte Príncipe da Beira ele é um estilo Vauban, o grande nome de Sebastião Le Preste Vauban, ele foi um arquiteto militar francês, e é ele quem vai emprestar esse modelo para a construção do Forte Príncipe. É um modelo que os portugueses adotaram ainda na Europa, e através do modelo também italiano e isso vai chegar até a região amazônica, que era o sertão amazônico. O objetivo do Real Forte Príncipe da Beira foi justamente para evitar o contrabando e delimitar a nossa fronteira com a Espanha.

Aqui nós temos o mapa do pesquisador Suelme Evangelista que foi um dos, ele é do Mato Grosso, que escreveu sobre o Real Forte Príncipe da Beira, em outro olhar. O Real então se encontra no mapa que vocês observam. Este é o Real Forte Príncipe da Beira, moldaram com pedra canga. Nome científico laterítica. O Real Forte Príncipe da Beira, ele tem duas camadas de rochas, a primeira e a segunda, e atrás da segunda nós temos ainda o solo. Por isso que debaixo, essa parte debaixo, a bala do canhão seria impossível penetrar. Um dado que foi descoberto no ano passado na minha pesquisa e, é unânime, todos os historiadores bateram na mesma tecla. Eles afirmavam que o Real Forte Príncipe da Beira tem 10 metros de altura nas suas muralhas. O Real Forte possui 7 metros e 20 centímetros. 10 metros é o Portal. Então, isso vários historiadores vieram passando as mesmas informações, sendo aqueles os viajantes, tivemos vários aqui, o Emanuel Rodrigues Ferreira, tivemos o João Silveira da Fonseca, tivemos quem escreveu sobre o Forte, o João José Planella, do Rio Grande do Sul, o Professor Suelme Evangelista, tivemos o Emanuel Pontes Pinto que cita algumas coisas sobre ele, e agora por último a minha pessoa. Algumas imagens foram colocadas em prática, a planta baixa do Forte Príncipe vão ser alteradas, são mais de sete plantas, todos os anos mudavam essas plantas, todos os anos, há muito da nossa literatura em confirmar que o Domingos Sambucetti, ele morre em 1780 e documentos adquiridos por mim no Rio de Janeiro e em Cuiabá ele morre entre os meses de janeiro a setembro de 1777, portanto, senhores, dois anos após o início da construção do Forte Príncipe. Alguns começaram a querer dizer que o Forte Príncipe era um forte baseado como um forte formigão que quando faz o alicerce, a sapata, eles colocam madeira com barro, tipo o que acontece com o Macchu Picchu, a estrutura de Macchu Picchu, dá terremoto então ele mexe, mas, não cai, o Forte Príncipe da Beira na verdade foi feito com a pedra canga também, a laterítica e são um metro e sessenta (1,60m) de profundidade, vocês observam lá no cantinho ali é o alicerce, é a sapata do Real Forte, então a ideia de fortaleza do formigão está descartada.

Outras plantas baixas, como eu falei, foram várias plantas, no meu lado direito, a parte de lá, paralela com o rio Guaporé, ali com o tempo teve o espaço para os canhões e depois vão sendo alterados todos os anos. Novas plantas, pode passar. Ai o Forte quando ele já estava prestes a ser inaugurado, em 1783, então observe que nas duas pontas nós temos são os postos de água, um para atender aqui a casa do comandante, do governador, e ali para atender o restante da guarnição. Sempre se cogitou na literatura rondoniense que teria um túnel, isso não existe, ali é um fosso interno e fosso externo, não tem

mais o que discutir. Essa é uma das cartas que eu tive acesso em Mato Grosso e no Rio de Janeiro onde mostra o estilo da planta, são cartas do século XVIII, são para mais de três mil e quinhentas cartas que eu tive que pesquisar uma por uma e extraí dali o que me interessava no momento. Todas as fortalezas foram construídas com o propósito de garantir o seu domínio sobre o espaço a ser conquistado, surgindo como um estilo de poder e proteção de fronteira. Desse montante restam apenas 109, sendo que 40 já foram tombados pelo IPHAN. Eu estive procurando, pesquisando, nós não temos nenhuma fortaleza que foi tombada pela UNESCO, vocês verão aqui os monumentos brasileiros tombados pela UNESCO. O propósito desta audiência na verdade é buscar um consenso para que possamos oferecer a Festa do Divino, a Estrada de Ferro e o Forte Príncipe como Patrimônio Internacional. As semelhanças, até então não tinha conhecimento, se pensava que poderia ser igual ao Forte São José de Macapá, mas pelas pesquisas realizadas por mim é concluído que o forte é semelhante ao Forte de São José de Macapá. Domingos Sambucetti quando chega aqui, em 1772, ele já traz na memória a planta na qual iria colocar em prática aqui no Guaporé. Essas são as semelhanças do Forte Príncipe da Beira e o Forte de São José do Macapá, tanto de seus baluartes como também as suas guaritas. O interior da mesma forma. Algumas pesquisas realizadas por mim no Forte Príncipe da Beira e aqui eu estou no Forte de Bragança, o antigo Forte Conceição. Eu, Professor Aleks, o Professor Mário Sávio, o Professor Delson, o Professor Marco Teixeira, o Tenente Carlos Alberto, são as pessoas que mais frequentam o Forte para levar os alunos a fazerem pesquisas, não temos só o Forte em si, mas temos também o entorno do Forte, o caso do paiol, o caso da chácara que muitos falam de labirinto, nós temos o porto, nós temos o forno e a casamata que foi encontrada o ano passado, que ainda vai ser colocada em público. Você procura umas imagens dessas e você não encontra na internet, principalmente o que o povo chama de labirinto que é a chácara. Pode avançar.

A estrutura já está bastante detonada pelo tempo, esse aqui foi um dos episódios que aconteceu quando um dos canhões acabou sendo destruído por uma salva de tiros, é proibido hoje pelo Exército. Aqui algumas escavações arqueológicas que foram feitas no interior da fortaleza de 2009 a 2011, por um grupo de pesquisadores do Maranhão, encontraram vários artefatos, fizeram levantamento minucioso, mas esse material não se encontra, eu não tenho sabedoria onde foi parar esse material.

O entorno do Forte Príncipe, ele não foi ainda explorado totalmente, no que diz aí o forno, o porto, a chácara, o paiol e a casamata também.

As fortalezas sempre foram utilizadas como marca de presença para a construção de um território, não servindo apenas como marca de monumentalidade arquitetônica, mas ela tinha uma função a servir para o Estado Português.

Proteger o patrimônio, senhores, não é preservar o passado, é preservar nossa identidade, ideia essa que surgiu através do Decreto Lei de 37, no período Estado Novo de Getúlio Vargas com base jurídica da proteção patrimonial.

A nossa Constituição de 88, nos seus artigos 216 e 217, preocupa-se com a identidade da nação, a parte dela é considerada o patrimônio toda cidade que tenha a sua história,

o planejamento urbano deve ser realizado com a preservação também de sua memória e é por isso que nós estamos também brigando para colocar a Festa do Divino Espírito Santo como Patrimônio Material.

Conforme a Constituição, o artigo 216 e 217: “Constitui patrimônio cultural os bens da natureza material e imaterial tombados, individualmente ou em conjunto, portadores de referência, a identidade, a ação, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.” Como a nossa colega arqueóloga frisou muito bem aqui, os levantamentos, os salvamentos que foram feitos, toda cidade, senhores, ela tem patrimônio, pode dizer então que a cidade é em si mesma um espaço cultural. Cultura é ação do homem sobre a natureza. No plano internacional, os bens culturais estão protegidos pela Convenção do Patrimônio Mundial, aprovada pela Conferência da UNESCO no qual o Brasil fez parte. Em 72, o Brasil aderiu a essa Convenção pelo Decreto aí exposto. E para os fins de Convenção, a UNESCO determina que são patrimônios: monumentos, obras arquitetônicas, de culturas, de pinturas, rupestres, etc., como também lugares notáveis, obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza. Então isso aí é só um entendimento o que vem a ser o patrimônio, que nós podemos estar lutando, será que vale a pena? Vale. E aí, senhores, e aí, para vocês terem uma ideia, os monumentos no Brasil que são tombados pela UNESCO, observem que nós não temos um monumento de Forte tombado, nós temos grande concentração em Minas Gerais, Goiás, nós temos o Pantanal, nós temos vários outros, Brasília, centro histórico em Goiás, São Luis e assim por diante, as missões. E todos esses monumentos, eles datam dos séculos XVI, XVII e no máximo XVIII. Nas minhas pesquisas não temos nenhum Forte que foi tombado, talvez essa seja a chance e a oportunidade de unirmos forças e levar o nome do Forte Príncipe que já está bem avançada a sua candidatura para que ele venha de fato se tornar um patrimônio mundial, para isso é necessário ter condições para que o estudante chegue até a chácara numa estrutura para caminhar, com passarela, com identificações. O paiol, gente, quem acaba nos auxiliando no Forte Príncipe da Beira, em Costa Marques, é o Exército. Sempre o Comandante do Exército manda ali alguns soldados com o Aleks, manda com o professor Delson, com o professor Marco, com o Carlos Alberto, com o professor Mário Sávio, se não for assim, quando o Exército entrou ali com a obrigação, em 1932, para tomar conta, a coisa começou a funcionar, senão, meus queridos, isso já tinha ido embora há muito tempo. E o Estado signatário da Convenção deve fazer um inventário dos seus bens culturais e propor sua inscrição na lista de patrimônio mundial no qual nós fizemos. A proposta será avaliada por um comitê do patrimônio e composto por 15 pessoas que vão analisar. E para a primeira quinzena agora, professor Aleks, nós estamos entrando em contato com o professor Ricardo, no Rio Grande do Sul, que vai nos trazer essas informações do patrimônio pela UNESCO e dar uma luz para que possamos avançar nesse processo. Então, o conceito contemporâneo de patrimônio é esse, a seleção de alguns elementos enquanto outros seriam passivos de esquecimento e destruição. O patrimônio cultural só pode ser entendido como um conjunto de símbolos, os símbolos precisam ser desconstruídos e interpretados para aprendermos o seu significado. Ficou somente na memória a

Estrada de Ferro, o Forte Príncipe, e acaba não tendo um trabalho rigoroso. Fiz essas imagens pela localização do Forte Nossa Senhora da Conceição, que é o Bragança, o Paiol, o Forte Príncipe que está aqui, a chácara/labirinto e uma das minhas preocupações, enquanto pesquisador, é a descoberta do cemitério, que nós não temos vestígios ainda, mas todos os anos eu vou ao Forte Príncipe e faço as minhas pesquisas e coletei os dados. E aqui nós temos o forno, eu acabei esquecendo de colocar o porto também. Aí, meus queridos, nós temos o paiol, talvez vocês nunca viram o paiol, quem nunca foi ao Forte Príncipe ou que já ouviu falar, mas não viu o paiol. O paiol é essa estrutura, é uma estrutura que mede 30 por 20, a mata está tomando conta, o Governo do Mato Grosso para proteger as ruínas da Igreja do Moji Chiquito, acabou criando uma estrutura gigantesca para proteger do sol, da chuva e do tempo. O mesmo seria possível fazer essa estrutura no paiol, antes que o resto da parede venha abaixo. Eu já pensei em tirar dinheiro do meu próprio bolso, recurso, para poder fazer passarela, que eu sou historiador, eu também sou arqueólogo, e me especializei, eu sou Mestre em História. Essa foi a minha preocupação, estudo do Forte Príncipe da Beira. Então eu sei os cuidados que temos que ter com Arqueologia, a preservação ambiental, eu procurei, por conta própria mesmo, instruir o Elvis, que é um morador do Forte Príncipe, a falar sobre o patrimônio e todos os anos quando eu vou ao Forte Príncipe, eu converso com o Elvis, levo mais instruções para ele e como ele deve tratar o patrimônio em si.

Depois do paiol nós temos o forno. O forno é essa estrutura, o forno tem o diâmetro de 3 metros de circunferência e a altura de 10 metros, ali é que eram queimadas as telhas que vão servir e terão utilidade no Forte Príncipe. Senhores, foram onze mil telhas utilizadas dentro da Fortaleza, todas elas produzidas próximo ao local, e aqui nós temos a entrada, esses são os meus alunos do Colégio Militar, que fazem pesquisa comigo todos os anos, assim como os alunos do professor Marco, do Delson, do Marco Teixeira, do Mário Sávio e do Carlos Alberto. Depois nós temos artes rupestres no Guaporé, várias artes rupestres foram encontradas e já foram também pontuados no GPS e registrados. Nós temos, por exemplo, passam despercebidos aos olhos de qualquer pessoa que é ignorante ou não experiente no assunto. Mas quando você joga uma água na estrutura, você vê um espiral e ali embaixo algumas artes que foram feitas também nas rochas. Todo esse material está catalogado, está registrado, assim como nós tivemos vários outros aqui no Santo Antônio. Depois do forno nós temos a chácara, eu sustento a tese da chácara porque eu tenho uma carta do século XVIII que confirma que ali é uma chácara, e esse material ele vai surgir como artigo científico. Então, por enquanto, agora, isso foi ideia de pessoas do local que viram ali que realmente se trata de um labirinto, a estrutura parece um labirinto. Aí você observa, são estruturas gigantescas, a mesma rocha que foi utilizada no Forte Príncipe que é a laterítica, também foi utilizada aqui, mas de forma diferente, a laterítica do Forte Príncipe ela foi lapidada, no linguajar técnico, ela foi faceada, ela foi esculpida e depois colocada no Forte. Aí o labirinto, esse é um portal desse labirinto que o povo chama. Nós tivemos uma arqueóloga da Nova Zelândia que passou uma semana tentando pesquisar e ela não conseguiu para a tese de doutorado, porque o ambiente,

de fato, é difícil, é mais ou menos 45 minutos, 1 hora de caminhada na mata, e nós fazemos isso com nossos alunos. Só que assim, todo cuidado é pouco, o Exército acaba emprestando os seus soldados, o Elvis, o nosso guia toma esse cuidado, então sempre tem um caminho por onde passamos e fizemos esses registros. E o labirinto, ele vai embora, dos dois lados nós temos montanhas de pedras, de rochas. Além do labirinto nós temos aula de educação patrimonial com nossos alunos, como foi frisado, o Delson, o Marco, Aleks, eu e o Mário Sávio, todas às vezes quando vamos no Forte nós fazemos esse tipo de aula, inclusive aula noturna, na Arqueologia, nós falamos Arqueologia da paisagem, leitura da paisagem, sentir, ter a sensação como que os soldados, eles ficavam, qual era a sensação do medo da escuridão, vigiando aquela fortaleza. Esses são os meus alunos em pesquisa, eles não vão a excursão, eles não vão a passeio, depois desse material eles acabam criando artigos científicos e nós jogamos em alguns periódicos para poder fazer a defesa. Então nós levamos 70 alunos, às vezes 100 alunos e dividindo por grupos, vários professores assumem uma disciplina; um geógrafo, um físico, um biólogo, um matemático, um historiador. Por que até então o Forte Príncipe não foi explorado a questão biológica. O impacto ambiental que houve ali, a questão física, a estrutura do Forte Príncipe, a matemática, tudo isso ainda dá para ser explorado. Então, quem tem intenção de fazer um mestrado, de fazer um doutorado, essa é uma área rica. Essa é minha equipe, Professora Daniele Brasil, mestre em Biologia, fazendo uma aula próxima ao Forte de Conceição, é uma reserva, é uma passagem entre o Cerrado e a Mata Atlântica, ali também nós temos, é uma área incomum ali do Forte, e nossos alunos atentos às informações e depois começam a produzir. E aí os alunos militares, eles chegam assim na fortaleza e depois pegam a prancheta, o papel, a caneta e começam a explorar; todos os anos, nós fazemos esse tipo de atividade com os nossos alunos. Essa é minha equipe do ano passado, e aqui a equipe do Professor Aleks Palitot, que sempre está conosco, todos os anos, nós estamos ali para fazer novos levantamentos e isso gerar também novas informações.

Então, senhores trazer o nome do Forte Príncipe como candidato para a UNESCO requer muito mais trabalho como se pensa, não é só chegar aqui e discutir, discutir, discutir; e a coisa não anda. Foi registrado por mim e passado ano passado, esse ano, não foi, Aleks? Foi passado esse ano para IPHAN, nas pesquisas que eu faço, eu constatei o baluarte de Santo André Avelino, que está quase a cair, se não for tomada uma providência por parte dos órgãos competentes. O Emanuel Rodrigues Ferreira, na sua obra Amazônia, ele deixou uma frase que disse: que aquela estrutura, ela foi construída para durar uma eternidade. E eu contesto Emanuel Rodrigues Ferreira, ele não vai durar uma eternidade, se o povo de Rondônia, os historiadores, se os pesquisadores não ficarem atentos com essas transformações, rapidinho nós vamos perder o Forte. Os baluartes do Forte Príncipe da Beira foram do Forte Conceição, o material do Conceição, foram reutilizados no Forte Príncipe da Beira, a pedra canga e os baluartes. Não é o Lourismar que está dizendo isso, são os documentos do século XVIII no qual eu tive acesso. Senhores, foram mais de três mil e quinhentas cartas que eu li, foram doze anos de pesquisa, doze; dois anos escrevendo sobre o Forte Príncipe, eu defendi

a minha dissertação em questão de vinte minutos na PUC do Rio Grande do Sul. O povo aí fora valoriza muito a nossa história, nós aqui dentro que não temos isso, não valorizamos, Manuel Português, como o Professor Aleks fala, é um ativista, ele fala demais, porque se não falar de menos, ninguém escuta. Realmente o cara teve que cruzar o Atlântico como os nossos antepassados fizeram, para valorizar aquilo que é uma estrutura hoje. Eu estou em pesquisa ainda para confirmar, olhe, olhe se o Forte Príncipe da Beira não é o maior de todas as fortalezas portuguesas no mundo, ele já é nas Américas. Então, eu também quero lembrar os nossos colegas, o Ronaldo Nina, que faz parte do grupo de pesquisa, e o Saulo Giordani, assim como o Manuel Português, que foi quem provocou essa reunião. Então, de antemão, eu agradeço pelo espaço, e eu quero deixar aqui registrado a minha obra para o Deputado Estadual Dr. Ribamar Araújo, para que possa conhecer um pouco mais da nossa história e deixo também outra obra para a Escola do Legislativo, para que as pessoas possam, gente, esse material, ele foi divulgado ano passado em 2015, esse material é inédito. Aqui atrás, eu trago para vocês as cartas nas quais eu pesquisei, eu só coloquei algumas, as outras darão outras e outras obras. Muito obrigado pelo espaço.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Obrigado ao Professor Lourismar Barroso. E agora, nós vamos assistir a última palestrante, a Professora Silvana Zuse, Professora do Curso de Arqueologia da UNIR.

A SRA. SILVANA ZUSE – Bom dia a todos. Quero cumprimentar a Mesa, em nome da pessoa do Deputado Ribamar Araújo, aos demais integrantes, a todos que estão participando, muitos colegas da UNIR, muitos estudantes de Arqueologia da UNIR também estão participando hoje aqui.

Quero agradecer a oportunidade que nós estamos tendo para falar um pouquinho do patrimônio arqueológico aqui do Estado de Rondônia. O Patrimônio arqueológico do Estado de Rondônia é relacionado há pelo menos 10 mil anos de história. No rio Madeira e no rio Jamari foram escavados sítios arqueológicos com 8 mil anos, associados aos povos indígenas, caçadores, coletores, pescadores, com milhares de fragmentos de rochas lascadas e polidas. E em alguns lugares, gravuras e pinturas nas rochas e abrigos.

Em torno de quatro mil anos, existem evidências de transformação intensa da floresta tropical, da floresta Amazônica, pelos povos indígenas, com o cultivo da mandioca e da pupunha. A gente tem evidências da domesticação dessas plantas. As evidências mais antigas da Amazônia estão aqui em Rondônia, assim como a formação das terras pretas de índios, mais antiga da Amazônia. No mesmo período ocorreu o aumento da diversidade de povos indígenas que confeccionavam vasilhas de cerâmica, os conhecidos potes de barro, como no rio Ji-Paraná e no rio Guaporé.

No rio Guaporé, foram identificados um dos poucos sambaquis fluviais da Amazônia (monumento construído com conchas) com mais de 08 metros de altura, com sepultamentos humanos e grande quantidade de material arqueológico. Nessa mesma região do rio Guaporé, também foram encontrados os geoglifos, que são as estruturas de terra, em vala, de diferentes formatos. Aqui, nas margens e nas ilhas do rio Madeira, foram

identificados muitos sítios arqueológicos, tanto nos projetos de Arqueologia preventiva, quanto também por moradores e pesquisadores de universidades que pesquisam a região. Alguns desses sítios aqui no rio Madeira estão sendo pesquisados atualmente pela equipe do Departamento de Arqueologia da UNIR e por outros pesquisadores de outras universidades, como, por exemplo, a Universidade de São Paulo, a exemplo dos sítios nas duas margens da Cachoeira do Teotônio, onde os povos construíram estruturas em formas de montículos, com grandes camadas de terra preta de índio, que muitos conhecem a conhecida terra preta de índio. Há alguns meses também escavamos um sítio arqueológico na comunidade de Itacoã, no Baixo Madeira, com apoio da 17ª Brigada de Selva do Exército Brasileiro e da SEJUCEL que também foi nossa parceira, onde escavamos muitos sepultamentos humanos. Os únicos encontrados preservados, até o momento, nos estudos aqui no rio Madeira, cujos estudos nos permitirão entender a simbologia dos rituais funerários desses povos. A região do Sudoeste da Amazônia, onde se insere o Estado de Rondônia, é caracterizado por uma grande diversidade cultural. Nessa região surgiu o tronco lingüístico do Tupi, que se dividiu em várias famílias, entre elas a Tupi-Guarani, Tupari, Arikén, Mondé, Juruna, entre outras. Também subiram ao rio Madeira os povos de matriz cultural Arawak, deixando seus materiais e marcas na paisagem, entre elas os montículos que citei há pouco, na antiga Cachoeira do Teotônio. Aqui em Rondônia, atualmente, os povos Aruá, Gavião, Suruí, Arara, Puruborá, Karo, Macurápi, Mekén, Tupari, Karipuna, Karitiana, Urueu wau wau, Mura, Jabuti, Aikanã, Kanoê, Kwazá, Nhambiquara, Wari, entre outros, os quais mantêm diferentes identidades culturais. Tal diversidade cultural não é somente visível nos mapas construídos a partir dos relatos dos séculos 16 a 19 e dos estudos etnográficos, mas também nos sítios arqueológicos. Não menos importantes são os sítios arqueológicos históricos, do período da colonização europeia, na região, destacando-se as missões jesuíticas espanholas e portuguesas, os fortes, como o citado Forte Príncipe da Beira, as cidades, vilas, minerações e entrepostos coloniais, bem como quilombos, seringais, linhas telegráficas e a conhecida Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Apesar das pesquisas arqueológicas, as escavações terem iniciado no Estado de Rondônia no início e ao longo do século 20, por pesquisadores estrangeiros, como Nordenskiöld, Snethlage, Becker-Donner, e também por pesquisadores daqui, como Ari Pinheiro Tupinambá, e apesar dessas pesquisas terem se intensificado nas décadas de 70 e 80, com os estudos de Eurico Miller, o qual inclusive estabeleceu uma parceria com o Governo do Estado de Rondônia, certo momento, somente na última década que o número de pesquisas aumentou, sejam elas ligadas ao licenciamento ambiental, devido a construção das grandes obras ou a pesquisas acadêmicas de Universidades de outras regiões. E também com a criação do curso de graduação em Arqueologia aqui na Universidade Federal de Rondônia, onde nós, Professores e estudantes, estamos em uma constante luta para conseguir fazer os trabalhos de campo de laboratório e tentar entender um pouquinho mais dessa história aqui de Rondônia. Mas onde e como estão esses materiais arqueológicos? Esses sítios, essa história? Apesar dos avanços existentes nos últimos anos com projetos de curadorias dessas coleções, a exemplo da coleção oriunda da

usina de Samuel, cujo projeto nós soubemos que está sendo executado agora, apesar dos projetos de Museus, também exposições, Casas de Culturas, pontos de memória e outros. Ainda carecemos de espaços adequados para o armazenamento desses objetos para pesquisa e para a exposição desses materiais e dessas histórias construídas, para torná-las acessíveis para toda população.

Nesse sentido alegamos-nos com a expectativa do projeto Palácio da Memória, espaço que será fundamental para a manutenção da memória e identidade na Capital rondoniense. Assim como a expectativa que temos em relação à reserva técnica que será construída na UNIR, nós estamos esperando alguns anos também. Carecemos ainda de políticas públicas voltadas para a preservação dos sítios arqueológicos e da biodiversidade na região, evitando, por exemplo, o tráfico de materiais arqueológicos, a exploração ilegal de terra preta arqueológica para comércio, a depredação de prédios históricos e locais sagrados, esses são alguns exemplos. E nesse sentido entendemos que os poderes públicos, federal, estadual e municipal, precisam estar cada vez mais coadunados, no sentido de formar quadros técnicos especializados para atuarem nas diferentes esferas que lidam com o patrimônio. Entendemos que o caminho para a preservação das memórias e para construção das identidades está no acesso e conhecimento desse patrimônio ameaçado. Obrigada.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Muito obrigado à Professora Silvana Zuse.

Quebrando um pouco agora o protocolo, eu quero chamar aqui o senhor Júlio César Barroso Rocha, Diretor do Núcleo de Ciências Humanas da UNIR, para falar.

O SR. JÚLIO CÉSAR BARROSO ROCHA – Obrigado, Excelentíssimo Deputado Ribamar Araújo.

É realmente uma honra estar aqui e é um prazer imenso compartilhar com todos os senhores neste momento um assunto que para nós é central na nossa Universidade, é central na minha unidade de modo particular.

Cumprimentando o Deputado Ribamar, eu cumprimento também a todos os demais membros da Mesa que têm o compromisso assim inafastável no espaço como Rondônia, que tem uma carência de haver uma penetrabilidade maior desses temas que são centrais no mundo inteiro e que atraem recursos de toda ordem para que a gente possa fazer com que as humanidades ganhem uma relevância tão significativa como o agronegócio, como os outros setores que fazem da nossa sociedade uma sociedade rica e diferenciada perante o mundo. Nesse sentido, eu que queria utilizar esse espaço aqui especialmente para poder delimitar a construção na nossa Universidade Federal de Rondônia de uma diferenciada estrutura voltada para visibilizar justamente assuntos dessa ordem, quando se fala em patrimônio histórico, patrimônio cultural, patrimônio material e imaterial, nós estamos falando de um grupo de assuntos que são realmente da maior relevância e também da maior complexidade, diversidade. O que faz com que a gente tenha, por um lado, uma dificuldade muito grande em conjugar esses assuntos e por outro lado a gente tenha também uma dificuldade muito grande de separar esses assuntos para que eles possam ser estudados de um modo mais conveniente.

Então, eu queria começar lembrando que a nossa Universidade Federal ela é considerada muitas vezes como um patinho feio das nossas faculdades e centros de estudos superiores, seja aqui no Estado de Rondônia, ou seja em comparação com outras universidades pelo Brasil. Essa situação em que nós somos considerados o patinho feio, faz com que a gente possa ser tido como um espaço para o qual os estudantes não se dirigem ou não se dirigem de modo preferencial, chegam a dizer muitos dos estudantes nossos secundaristas que antes estudar numa universidade privada do que numa universidade pública, se essa universidade pública for a UNIR. Eu quero justamente neste momento explicitar que esta não é uma realidade, quando a gente leva em consideração o que existe envolvido na nossa Universidade Federal de Rondônia, principalmente neste âmbito de estudos humanistas. Eu sou diretor de um núcleo de uma unidade dentro da Universidade Federal de Rondônia, que é o Núcleo de Ciências Humanas, que abriga hoje 11 cursos presenciais, todos eles dotados de um espaço de pesquisa que diz respeito diretamente a essa pletórica rede de construções do que se chama de defesa do patrimônio cultural brasileiro. Nós temos espaços que não só trabalham a História, trabalham a Arqueologia, mas trabalham as Letras também, às vezes é muito difícil para algumas pessoas considerarem o patrimônio imaterial e considerar as línguas autóctones um objeto de estudo que seja factível dentro dessa nova configuração dos estudos humanistas, mas, de fato, a gente acaba sendo suplantado por estudiosos que vêm de fora, mesmo estudiosos do gabarito de Dom Antchomsky que trabalham dentro de Lábrea, aqui muito pertinho, e que nós muitas vezes não conseguimos alcançar, mas nós não conseguimos não só alcançar, mas às vezes quando alcançamos não somos alcançados pela visibilização desses trabalhos.

A educação também é um dos nossos pontos envolvidos, nós temos um prédio de grupo de pesquisa construído para 11 grupos e hoje abriga 23 grupos de pesquisa, todos eles voltados para alguma espécie de estudo relativamente a esses patrimônios culturais materiais e imateriais. Nós temos vários mestrados que são desenvolvidos nessa área. Temos o mestrado nessas áreas de patrimônio, temos o mestrado em educação, mestrado acadêmico em Letras, mestrado em Estudos Literários que também são uma forma desse patrimônio, mestrado em Educação Escolar que por ter uma visão profissional acaba alcançando também esse mesmo objetivo, e temos o mestrado em História de Estudos Culturais que também não consegue ter uma grande visibilidade fora da universidade, uma grande visibilidade, mas que vem desenvolvendo projetos que são realmente muito relevantes para isso.

Eu quero dizer que os docentes envolvidos nesses projetos e os docentes que trabalham publicando textos, orientando pesquisas são da mais alta consideração dentro do espaço de Rondônia, então é outro motivo que me faz desacreditar do porque que são tidos como cursos irrelevantes ou menos relevantes no cotejo com outras universidades federais. O Professor Dr. Marco Teixeira, o Dante Fonseca, Eduardo Aleixo aqui presente, Juliana Santos também, Silvana Zuse, Professor Alexandre Pacheco, também Professora Dra. Patrícia Carneiro, todos eles abordando uma face dessa significativa base cultural e humanista de Rondônia e que não são considerados quando

a gente fala na UNIR, é como se a UNIR reduzisse a consideração a esses projetos, mesmo as dissertações nossas de Mestrado, nós já temos mais de 60 dissertações, muitas delas já publicadas que abrangem tópicos dessas experiências de estudos sobre o patrimônio e que às vezes nos levantamentos que se fazem também não são visualizadas. Como exemplo eu trago uma última reunião, um evento que houve no SIPAM, em que houve um levantamento muito importante, muito interessante que alcançou sim algumas das nossas produções no âmbito da Geografia, mas que acabou não tendo um alcance que tivesse levado em consideração todas essas nossas produções. Então, eu me pergunto, fazendo uma reflexão aqui com os nobres Parlamentares, o público em geral que assiste este evento da maior importância, me pergunto o que faz com que nós sejamos invisibilizados? O que faz com que nós sejamos subconsiderados como Universidade Federal? Bom, os projetos de pesquisa que são a base da construção daquela indissociabilidade, das pesquisas de extensão das universidades de modo geral, eles são construídos para chegar à sociedade, não alcançando a sociedade talvez por falta de incentivo, por falta de publicação, por falta de alcance social, dado que as humanidades às vezes são consideradas de menor monta. A criação das novas Universidades Federais, recentemente aprovada pelo Conselho Superior Universitário, elas farão com que possamos clonar o curso de Arqueologia que nós temos hoje na Capital, dentro dessas novas Instituições Federais de Ensino Superior, seja em Costa Marques, onde temos também relevantes espaços de trabalho, o campus de pesquisa nosso seja na face oriental do nosso Estado de Rondônia, isso porque é possível dentro dessas novas estruturas universitárias a gente diferenciar positivamente aquelas regiões que não são hoje possíveis de serem alcançadas, dado que existe tanto objeto a ser pesquisado pelos nossos profissionais, mas é preciso dizer também que o fato de nós termos crescido de modo bastante dinâmico nas humanidades, no nosso núcleo de Ciências Humanas nos obriga a fazer uma construção diferenciada em termos administrativos. Há uma proposta de construção de faculdades dentro do nosso Núcleo de Ciências Humanas, extinguindo o Núcleo de Ciências Humanas, criando quatro faculdades e uma das faculdades principais que eu espero venha a ser construída é justamente uma que englobe os Estudos Sociais, de Ciências Sociais, englobe o Departamento de História e o Curso de História e o Departamento de Arqueologia e com isso a gente possa fazer uma ampliação que contemple todos aqueles projetos de pesquisa que acabam deixados em segundo plano.

Agora mesmo eu venho, por isso que cheguei atrasado, peço que me desculpem a chegada assim mais afogueada, agora mesmo eu acabei de vir de uma reunião com fiscais avaliadores do INEP, avaliadores do MEC que estão debruçados sobre os nossos documentos do Curso de Arqueologia. O Curso de Arqueologia não somente possui excelência na presença dos seus profissionais aqui, mas também ele possui uma fiscalização correta do MEC fazendo com que nós possamos manter e garantir que mantivemos essa qualidade que é essencial dentro de uma Universidade Pública Federal.

Eu quero destacar aqui reiteradamente que poderemos deixar de ser o patinho feio das Universidades aqui no Estado de Rondônia no momento em que nós possamos contar com

espaços como esse que gentilmente nos foi cedido por Vossa Excelência para que a gente possa não somente divulgar o que nós fazemos, mas também para que nós possamos buscar parcerias que alcancem junto ao Poder Público e junto aos espaços de consideração com os nossos trabalhos, que sejam privados para que a gente consiga alcançar essa necessária conjunção de esforços para que a gente tenha uma Universidade que possa ser reconhecida por aqueles trabalhos que os nossos profissionais de peso e com gabarito aqui presentes conseguem alavancar com dificuldade.

Então, eu agradeço a concessão desse espaço e peço que quando houver alguma menção sobre a negatividade da Universidade Federal de Rondônia, as greves, que isso, que aquilo, lembremos sempre que somos o repositório de pessoas que com dinamismo e com projetos de alto gabarito acabam propiciando que esses espaços de construção dos estudos e das pesquisas possam nos dar, nos fazer dar um salto qualitativo, efetivo dentro do que sejam as pesquisas no Brasil e no mundo, porque a relevância desse assunto não se restringe a regiões nem a países.

Obrigado, Excelentíssimo Deputado.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Obrigado ao Júlio César Barreto, Diretor do Núcleo de Ciências Humanas da UNIR.

Apesar do avançado da hora, mas chegou aqui às minhas mãos duas perguntas de um acadêmico de História. Esse acadêmico chama-se Renato Souza, direcionado à Professora Yêdda Borzacov.

Ele não está presente aqui nem na galeria, segundo ele, me chegou aqui que ele está em um dos gabinetes, não sei se no meu gabinete ou em outro qualquer gabinete.

As perguntas são as seguintes, Professora Yêdda, ele diz assim: “Como é que a praça pode se chamar Marechal Rondon se foi denominada antes do Rondon ser Marechal? A praça também foi promovida?”

A segunda pergunta: “A senhora se referiu à imprensa tupiniquim para relatar um equívoco da imprensa na notícia referente ao marco de Santo Antônio. A senhora acha que a utilização do nome de uma etnia para adjetivação pejorativa é compatível com a proteção do patrimônio cultural?”

Eu vou passar, Professora, para a senhora ler novamente, se preciso, e a senhora, se assim quiser, a senhora dá resposta, senão a senhora pode dar resposta por escrito depois.

A SRA. YÊDDA BORZACOV – Primeiro, o questionamento a respeito da praça que denomino Marechal Rondon e agora chama até Praça do Baú, essa praça foi construída pela Estrada de Ferro Madeira-Mamoré quando o Diretor era Aluísio Pedro Ferreira, o primeiro diretor brasileiro da ferrovia. Construiu essa praça em homenagem ao Rondon e a praça foi denominada com ato oficial de *General Rondon*. De repente, começavam a chamar a Praça de Marechal Rondon. Eu sempre digo, o General Rondon foi promovido a Marechal, mas a praça não foi, então a praça é General Rondon. E essa questão de Praça do Baú, isso é vergonhoso chamar de Praça do Baú.

A segunda pergunta, me referi à imprensa tupiniquim para relatar o equívoco da imprensa na notícia referente ao marco de Santo Antônio, não estou entendendo essa pergunta. A senhora se referiu à imprensa tupiniquim para relatar o

equivoco da imprensa na notícia referente ao Marco do Santo Antônio, a senhora acha que a utilização de um nome de uma etnia para adjetivação pejorativa é compatível com a proteção do patrimônio cultural? Eu não estou entendendo essa pergunta. Bem, eu vou falar o que eu estou entendendo mais ou menos, a imprensa tupiniquim relatou na época que o marco da divisa Mato Grosso/Amazonas, inclusive quando eu estava pesquisando esse livro, eu tenho um amigo, Hélio Fonseca, que foi Promotor Público e amigo de juventude e se aposentou como Desembargador. Então, quando ele vai às livrarias de sebo, ele compra para ele e para mim, ainda manda encadernar, vou até reclamar que ele nunca mais me mandou livro. Na época que eu estava escrevendo, ele me mandou um livro referente ao marco da divisa Mato Grosso/Amazonas sem saber que eu estava escrevendo sobre o patrimônio histórico de Rondônia. Nesse livro de Viriato Correia, ele tem a planta do marco, da planta e fala muito bem como o marco da divisa Mato Grosso/Amazonas. Talvez o senhor que fez essa pergunta, quando eu falava do nome da adjetivação pejorativa, não entendi, porque algumas pessoas chamam Marco Rondon, e eu sou contra o termo Marco Rondon, talvez seja isso, não sei se ele quis se referir a isso. Porque o Rondon quando foi com a sua comissão até o Vale do Jamari, ele fez um ponto para sair de Santo Antônio ao Vale do Jamari. Então, talvez, confundiram esse ponto de Rondon com o marco e eu com tenho certeza que o nome é marco, devido a planta, está aqui ele, a planta do marco da divisa do Mato Grosso/Amazonas, que Amazonas e Mato Grosso viviam brigando pela divisa e o Supremo Tribunal Federal para terminar com essa briga determinou a construção desse marco divisor e na hora da inauguração fizeram a ata, com os respectivos representantes dos dois Estados. Eu não sei se a resposta é essa que ele me pediu, porque eu não entendi essa última pergunta. Pejorativa, não sei, eu não entendi. Alguma coisa eu me coloco à disposição do Sr. Renato de Souza para os devidos esclarecimentos.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Mais uma vez, eu quero cumprimentar a todos da Mesa e a todos os presentes, tanto aqui dentro do Plenário como as pessoas que se fazem presentes na galeria desta Casa. Na realidade e por uma questão de justiça, esta Audiência Pública, eu só me faço portador, apresentando requerimento, porque na realidade o mérito é do senhor Manoel João Madeira Coelho, o popular Manoel Português, acadêmico da UNIR e ativista cultural sobre essa Audiência do patrimônio cultural. Mas eu quero dizer acima de tudo, que eu estou feliz, muito satisfeito com a presença de todos vocês aqui. A presença do Dr. Dimis e da Dra. Giselle aqui, Juiz Federal e Procuradora da República, do Ministério Público Federal, e ao mesmo tempo, Doutora, que estou agradecendo a sua presença, eu queria já fazer um convite, tanto à senhora como a todos, que no dia 18 deste mês vai ter uma Audiência Pública aqui na Assembleia, essa sim fruto de minha autoria, para nós discutirmos a respeito daqueles 10 itens que o Ministério Público Federal está querendo transformar em lei de iniciativa popular no combate à corrupção.

Na minha maneira de entender, doutora Giselle, se nós conseguirmos, se o Ministério Público conseguir ser aprovada uma Lei com aqueles dez itens, se não for desfigurado lá no Congresso Nacional, como foi desfigurada a Lei da Ficha Limpa,

eu acredito que a ali sim está a verdadeira reforma política que nós precisamos no Brasil, na questão da ética e da moralidade na política.

Então, todos vocês estão convidados para participar no dia 18, às 9:00, dessa audiência. E, Doutora Giselle e Dr. Dimis, eu imagino a angústia dos senhores, vocês que são responsáveis pelo cumprimento da Lei, encontrar às vezes do outro lado alguém que só procura andar à margem da Lei, só procura não cumprir a Lei. Da mesma forma que eu fico muito feliz com a presença de todos aqui presentes, a Doutora Luziane Teles Feitosa, Defensora Pública; Professor Rogério Romano, que fez uma palestra aqui, sua fala bastante lustra, a Professora Yêdda Borzacov, eu quero agradecer tanto pela presença como pelo livro, muito obrigado. E a senhora para mim, professora, representa, a senhora é o símbolo da indignação dos historiadores pela irresponsabilidade e acima de tudo pela insensibilidade dos políticos, daqueles que detêm o posto de comando com relação ao patrimônio histórico, cultural de nossa cidade e do nosso Estado. Agradecer ao Professor Rogério Romano, tanto pela presença como pelo livro Real Forte Príncipe da Beira, agradecer ao Professor Delson Fernandes, Chefe do Departamento de Ciência Jurídica da UNIR e a Professora Mestre Marcelle Pereira, Museóloga da UNIR.

Encerrando aqui as nossas palavras, para ser breve, eu me sinto bastante satisfeito e agradecido à presença de todos vocês, a todos vocês que se manifestaram através da fala, como foi o caso do Professor Lourismar, do Professor Júlio César Barreto, da Professora Silvana Zuse, do senhor Silvio Santos, da Senhora Aline Mayara, arqueóloga da SEJUCEL, do Professor Dr. Marco Domingues Teixeira, do Departamento de História da UNIR; do Aleks Palitot, e da Professora Doutora Patrícia Carneiro, Professora do Curso de Direito do Campus de Guajará-Mirim presente aqui na nossa Audiência Pública.

Doutora Giselle, eu queria neste momento, todos já falaram aqui, falaram tudo que tinham que falar, e eu não quero aqui ser repetitivo com relação ao Patrimônio Cultural que tanto já foi falado aqui, pela indignação que a gente viu de todos que tiveram fala e demonstraram aqui nos microfones a sua indignação. Mas eu quero me referir a uma coisa que não tem nada a ver com a nossa Audiência Pública, mas no fundo, no fundo tem alguma coisa a ver com que nós estamos vivendo no nosso país, principalmente lá em Brasília, essa crise que passa o nosso país, que acima de tudo não é só uma crise econômica, mas muito mais grave do que isso, é a crise política e mais grave ainda a crise moral. E eu quero me referir aqui, Doutora, o Imperador Vespasiano, ele estava prestes a morrer e ele escreveu uma carta ao seu filho Tito, e para vocês verem como às vezes o que se fala, o que se pratica há centena de anos, muitas vezes se quer copiar até os dias de hoje, principalmente fazendo, nos referindo a essa politicagem nojenta que existe no nosso país, e ele escrevendo essa carta ao seu filho, ele pede acima de tudo que o filho termine uma obra que ele começou, que é o Coliseu de Roma, dizendo a ele que os dois

ficariam para a história, que alegrava, aquela obra iria alegrar muito o povo, e a obra ia ficar na memória. E que ele se referia aqui, ele fazia uma pergunta, a seguinte: onde o povo prefere pousar seu clunis? Ele completava a pergunta: é numa privada, num banco de escola ou num estádio? E ele respondeu: claro que é num estádio. Ali demonstrando, acima de tudo essa frase que perdura até hoje, esse termo perdura até hoje, principalmente praticada pelos políticos que não têm compromisso com a ética e com a moralidade, que diz assim: vamos seduzir o povo, dando a ele pão e circo. Eu pergunto a vocês, encerrando as minhas palavras, não é importante, neste momento, que nós quebreemos esse paradigma? Não é muito mais importante a gente seduzir o povo pela honestidade, pelo trabalho, pela transparência do que querer seduzir o povo dando a ele pão e circo? Muito obrigado a todos que compareceram a esta Audiência.

Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro encerrada a presente Audiência Pública. Convidamos a todos para um coquetel que será servido aqui no Salão Nobre desta Casa. A todos muito obrigado, um abraço a todos.

**(Encerra-se esta Audiência Pública
às 12 horas e 03 minutos)**

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 01233 / 2016-61

O **SECRETÁRIO GERAL** da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO torna público aos interessados que nos termos do inciso II do art. 24 c/c a letra “a” inciso II do art. 23 da Lei nº 8.666/93, contratará por **DISPENSA DE LICITAÇÃO** a empresa **CEZAR AUGUSTO DA GAMA - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº **11.609.533 / 0001-91**, objetivando a prestação de serviços de desinsetização, desratização, descupinização e controle de escorpiões, do imóvel sede e dos anexos sobre gerenciamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, perfazendo uma área de 10.873,50 m², com duas (02) aplicações ao ano, no valor total de **R\$ 6.200,00** (Seis mil e duzentos reais). Publique-se!

Porto Velho/RO, 16 de março de 2016.

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL - ALE-RO

SEC. DE PLAN. E MOD. DA GESTÃO**PORTARIA Nº 003 SPMG-ALE/2016**

Porto Velho, 18 de março de 2016.

Ajusta o Quadro de Detalhamento da
Assembléia Legislativa do Estado de
Rondônia

O Secretário de Planejamento e Modernização da Gestão da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 001/2014-MD/ALE e conforme autorização contida na Lei nº 3.745/2015, § 1º, do Artigo 7º, Lei Orçamentária Anual.

RESOLVE:

Art. 1º Promover Ajuste necessário ao Quadro de Detalhamento da Despesa, para atender as necessidades, conforme abaixo:

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE NEGATIVO				
	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA			
01.001.01.122.1020.2063	ASSEGURAR A REMUN. DE PESSOAL CIVIL ATIVO E ENC. SOCIAIS	3.1.90.11	100	300.000,00
	TOTAL			300.000,00

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE POSITIVO				
	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA			
01.001.01.122.1020.2063	ASSEGURAR A REMUN. DE PESSOAL CIVIL ATIVO E ENC. SOCIAIS	3.1.90.94	100	300.000,00
	TOTAL			300.000,00

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Luciano dos Santos Guimarães
Secretário de Planejamento e Modernização da Gestão

SUP. DE RECURSOS HUMANOS**ATO Nº 82/2016-SRH/D/P/ALE**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias no período de 18 a 19/03/2016 ao servidor relacionado para deslocar - se ao município de Ji-Paraná - RO, com objetivo de realizar serviços de motorista, conduzindo a Chefe de Gabinete da Presidência, que irá participar da Audiência Pública, referente "I Caravana Agroecológica e Cultural de Rondônia", conforme Processo nº. 03647/2016-17.

Matricula: 200161012
Nome: José Kerginaldo da Silva
Cargo: Assist. Parlamentar
Lotação: Gab. da Presidência

Porto Velho - RO, 18 de Março de 2016.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente **Secretário Geral**

ATO Nº 83/2016-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina o Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 06 (seis) diárias no período de 23 a 28/03/2016, ao **Deputado Estadual ALEX MENDONÇA ALVES**, cadastro nº200160365, conforme Processo nº. 03666/2016-50.

Porto Velho - RO, 18 de Março de 2016.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente **Secretário Geral**

ATO Nº 84/2016-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias no período de 18 a 19/03/2016 ao servidor relacionado para deslocar - se ao município de Ji-Paraná - RO, com objetivo de realizar serviços de motorista, conduzindo o senhor Presidente desta Casa de Leis, conforme Processo nº. 03647/2016-17.

Matricula: 200161011
Nome: Olívio Gilberto Persch
Cargo: Assessor Parlamentar
Lotação: Gab. da Presidência

Porto Velho - RO, 18 de Março de 2016.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente **Secretário Geral**

ATO Nº 85/2016-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, o que disciplina o Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias no período de 18 a 19/03/2016, ao servidor relacionado, para deslocar - se ao município de Ji-Paraná - RO, a serviço desta Casa de Leis, conforme Processo nº. 03647/2016-17.

Matricula: 200161013
Nome: Alberto Andrade do Nascimento
Cargo: Chefe de Divisão
Lotação: Dep. Pol. Legislativa.

Porto Velho - RO, 18 de Março de 2016.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente **Secretário Geral**

ATO Nº 86/2016-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias no período de 18 a 19/03/2016 ao servidor relacionado para deslocar - se ao município de Ji-Paraná - RO, com objetivo de realizar cobertura jornalística, durante a realização da Audiência Pública, referente "I Caravana Agroecológica e Cultural de Rondônia", conforme Processo nº. 03647/2016-17.

Matricula: 200161748
Nome: Eranildo Costa Luna
Cargo: Assessor Técnico
Lotação: Dep.Com.Social

Porto Velho - RO, 18 de Março de 2016.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente **Secretário Geral**

ATO Nº 87/2016-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 02 (duas) diárias no período de 18 a 19/03/2016 ao servidor relacionado para deslocar - se ao município de Ji-Paraná - RO, com objetivo de realizar cobertura fotográfica, durante a realização da Audiência Pública, referente "I Caravana Agroecológica e Cultural de Rondônia", conforme Processo nº. 03647/2016-17.

Matricula: 200161010
Nome: Marivaldo José da Silva
Cargo: Assessor Técnico
Lotação: Dep.Com.Social

Porto Velho - RO, 18 de Março de 2016.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente **Secretário Geral**